Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

REOT

Coruche

Setembro 2020

Âmbito

O Plano Diretor Municipal de Coruche entrou em vigor em **24 de agosto de 2000 através da Resolução do Conselho de Ministros 111/2000,** publicado no Diário da República, 1ª série-B. Passaram 18 anos do processo de implementação e, naturalmente, neste período já longo, o contexto [económico, social, ambiental, urbanístico e jurídico] mudou profundamente. Hoje, o território e as dinâmicas nele instaladas ou emergentes **exigem uma abordagem renovada do modelo estratégico de desenvolvimento e do modelo de ordenamento**.

O presente Relatório acompanha a deliberação da Câmara Municipal que determina o início do processo de elaboração da primeira revisão do PDM de Coruche, nos termos do Despacho nº 2455/2004, de 7 de abril, publicado no Diário da República, 2ª série nº 83, e foi elaborado nos termos dos **n.º3 e 4 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio**.

Índice

Índice

A. Enquadramento Legal 7
B. Metodologia e Conteúdo 8
Capítulo 1. Enquadramento Territorial e Contexto Socioeconómico 9
1. Enquadramento Territorial 9
2. Sociodemografia e Habitação 13
3. Estrutura Socioeconómica 23
4. Sistema Ambiental 31
5. Sistema Urbano 39
6. Equipamentos de Utilização Coletiva 49
7. Património 60
8. Infraestruturas 70
Capítulo 2. Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais 81
1. Articulação dos Instrumentos de Gestão de Territorial Supramunicipais com o PDM 81
2. Âmbito Nacional 83
3. Âmbito Regional 90
4. Instrumentos de Gestão Territorial Municipal 97
Capítulo 3. Estado do Ordenamento do Território _ síntese 99

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento do município de Coruche na Subregião da Lezíria do Tejo, 7
Figura 2 - Delimitação territorial das freguesias de Coruche, 10
Figura 3 - População empregada por setor de atividade, 21
Figura 4 - Rede hidrográfica no município de Coruche, 30
Figura 5 – Funcionalidades, 31
Figura 6 - Zonas de Intervenção Florestal no concelho de Coruche, 34
Figura 7 - Sistema Urbano, 37
Figura 8 - Turismo, Cultura e Lazer, 40
Figura 9 - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental,.41
Figura 10 - Rede Complementar da ERPVA.43
Figura 11 - Redes Rodo e Ferroviária atuais e previstas.44

Figura 12 - Evolução da recolha indiferenciada no município de Coruche.67

Figura 13 - Evolução da recolha seletiva no município de Coruche,68

Figura 14 - Concretização dos itinerários principais e complementares em Portugal Continental.69

Figura 15 - Acessibilidade Infraestrutural por concelho,69

Figura 16 - Enquadramento Viário,71

Figura 17 - Riscos em Portugal Continental,74

Figura 18 - Delimitação geográfica da RH5,83

Figura 19 - Unidades Territoriais no Oeste e Vale do Tejo – PROTOVT,87

Figura 20 - Subregiões homogéneas do PROF-R,90

Índice de Quadros

Quadro 1 - População residente, 1991 a 2011,11

Quadro 2 - Retrato sintético do município de Coruche,12

Quadro 3 - População residente e variação intercensitária, 1991, 2001, 2011,14

Quadro 4 - População e nível de escolaridade,15

Quadro 5 - Edifícios, alojamentos familiares clássicos e famílias clássicas no município,16

Quadro 6 - Indicadores médios no município, 2011,17

Quadro 7 - Estimativa da população residente por freguesia, para 2021,18

Quadro 8 - Indicadores socioeconómicos do município de Coruche,19

Quadro 9 - Taxa de desemprego,20

Quadro 10 - População empregada segundo setor de atividade, 2011,20

Quadro 11 - Número de empresas por ramo e setor de atividade, 2008 a 2015,21

Quadro 12 - Empreendimentos turísticos,25

Quadro 13 - Alojamento local,25

Quadro 14 - Equipamentos de apoio social no município de Coruche,46

Quadro 15 - Tipologia de estabelecimentos de ensino no concelho de Coruche,47

Quadro 16 - Equipamentos desportivos no concelho de Coruche,49

Quadro 17 - Associações desportivas,53

Quadro 18 - Inventário do património arqueológico do município de Coruche,62

Quadro 21 - Tipos de riscos,75

Quadro 22 - Indicadores socioeconómicos,86

A. Enquadramento Legal

As entidades responsáveis pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo[1] e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial[2], devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território, o que origina a nível municipal, e de acordo com o nº 3 do art.º 189 do RJIGT, a necessidade de elaboração de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território [REOT] de quatro em quatro anos, ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente de adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração.

O nº 4 do mesmo artigo refere que os REOT "*traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão*."

O presente documento foi submetido a um período de discussão pública, através da página da Câmara Municipal, de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal, após a introdução das considerações finais e atualização de dado.[3]

O **REOT de Coruche 2018** tem como objetivo **promover a avaliação e análise da concretização das estratégias de desenvolvimento territorial** presentes nos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência no Município. Para esta análise é ainda fundamental perceber as dinâmicas e a evolução demográfica, económica e da estruturação e ocupação urbana nos últimos anos.

1 Lei n.º 31/2014, de 30 de maio
2 Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio
3 nº 3 do art.º 189 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

B. Metodologia e Conteúdo

A Lei nº 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e o Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve e aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial [RJIGT], determina que a avaliação do sistema de gestão territorial deve ser traduzida em relatórios sobre o estado do ordenamento do território nos vários níveis de planeamento: nacional, regional, intermunicipal e municipal.

O presente REOT, constitui um quadro de referência de dados estatísticos para a futura monitorização do PDM, e reflete o retrato do estado do Município de Coruche, à data da sua elaboração.

A avaliação surge, pois, como uma fase indispensável do processo de planeamento territorial, enquanto processo contínuo, que contribui para a adequação do plano à realidade, e é com base nos relatórios sobre o estado do ordenamento do território que se afere a necessidade de modificação dos instrumentos de gestão territorial.

A realização do relatório baseou-se no documento elaborado pela CCDR [2016] o "Guia Orientador Revisão do PDM", designadamente no que se refere ao ponto 4. Relatório sobre o estado do ordenamento do território. Este guia pretende contribuir para o aperfeiçoamento e qualificação das práticas de ordenamento do território.

Capítulo 1. Enquadramento Territorial e Contexto Socioeconómico

1. Enquadramento Territorial

A nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos foi criada pelo EUROSTAT e pelos institutos nacionais de estatística dos vários países da EU. Em Portugal, este processo resultou numa série de reorganizações administrativas, até que através do Regulamento [EU] nº 868/2014 da comissão, de 8 de agosto de 2014, se estabeleceu que as NUTS nível III passariam a ter limites territoriais no Continente, coincidentes com os limites das comunidades intermunicipais definidos pela Lei nº 75/2013.

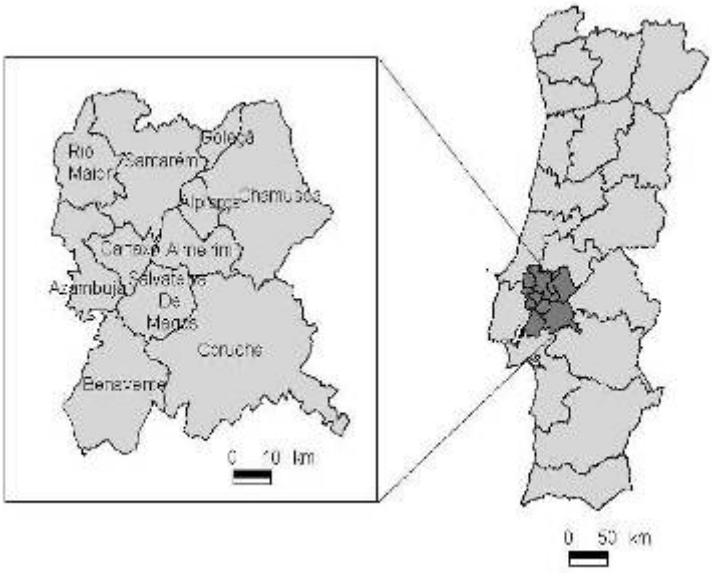


Figura 1 - Enquadramento do município de Coruche na Subregião da Lezíria do Tejo

O município de Coruche localiza-se na **Região Alentejo** [**NUT II**] e pertence à **Lezíria do Tejo** [**NUT III**], da qual fazem parte, além de Coruche, os municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

A sub-região da Lezíria do Tejo é delimitada a Norte com Pinhal Litoral e com o Médio Tejo, a Leste com o Alto Alentejo, a Sul com o Alentejo Central e a Península de Setúbal e a Oeste com a Grande Lisboa e com o Oeste. Ocupa uma área de cerca de 4.275 Km^2 e suporta uma população de cerca 247.453 mil habitantes, segundo os resultados dos Censos 2011.

Em termos de hierarquia urbana, esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém, cujo peso demográfico [cerca de 60 mil habitantes] e concentração de equipamentos e serviços lhe confere o desenvolvimento de funções centrais de nível superior, com um largo espectro territorial. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e pelas vilas de Benavente e Coruche, que têm conseguido desenvolver algumas funções supra-locais, enquanto as restantes sedes de concelho desempenham essencialmente funções de âmbito concelhio.

As transformações verificadas no sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinamismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra-concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação existentes.

Relativamente ao primeiro aspeto, a vila de Coruche constitui um centro urbano estruturante no contexto regional, desempenhando algumas funções de âmbito supra-local, polarizando mesmo algumas áreas de municípios vizinhos, ainda que de uma forma pouco consolidada. No que diz respeito aos subsistemas territoriais, importa destacar o subsistema do Sorraia, constituído por Benavente, Salvaterra de Magos e Coruche, com um potencial interessante de função de charneira entre subsistemas distintos e, em particular, entre a margem sul da AML e o Alentejo Central.

As orientações do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território [PNPOT] e do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo [PROTOVT] para a componente da equipamentos de utilização coletiva que servem o território estão em estreita articulação com a modelação do sistema territorial e urbano, designadamente:

- A rede de equipamentos e serviços deve responder adequadamente à diversidade dos contextos territoriais, atendendo às características das estruturas sociais e económicas e aos níveis e tipologia dos problemas presentes e emergentes;
- O sistema urbano regional orienta a definição e a estruturação das redes de serviços, infraestruturas e equipamentos públicos de âmbito supra-municipal e regional, garantindo condições de equidade territorial em termos de cobertura e acessibilidade;
- A rede de equipamentos e serviços deve assentar em sistemas de articulação, de forma a dar coerência à oferta, rendibilizar recursos humanos e físicos e permitir uma melhor adaptação aos novos desafios da sociedade e da economia.

O concelho detém uma posição privilegiada já que se encontra no cruzamento de importantes eixos de ligação entre o Norte do Tejo e o Alentejo, e entre o litoral Sul da região de Lisboa/Setúbal e o Norte do Alentejo e Espanha. Em termos ferroviários o concelho é atravessado pela linha de Vendas Novas, no entanto o impacto económico e demográfico desta via no concelho é pouco significativo.

O **concelho de Coruche**, situado na margem sul do rio Tejo, pertence ao **Distrito de Santarém** e integrando a sub-região **da Lezíria do Tejo** assume-se como um território de "charneira", estrategicamente apoiada na diversidade e dinâmicas resultantes da sua condição de território de transição entre sistemas territoriais diferenciados, designadamente entre o Ribatejo e o Alentejo.

O município de Coruche apresenta uma vasta área territorial de **1.115,7 km²** [corresponde a 26% da área total da Sub-região da Lezíria do Tejo] e apresentava, de acordo com os Censos de 2011, uma população total de **19.944 habitantes**. O município estabelece fronteira a Norte pelos municípios de Almeirim e Chamusca, a Leste por Ponte de Sor e Mora, a Sul por Arraiolos, Montemor-o-Novo e pela fração secundária do Montijo, a Oeste por Benavente e a Noroeste por Salvaterra de Magos.

A **posição de charneira** que o concelho beneficia, aliada ao posicionamento estratégico de proximidade a Lisboa, num contexto de boas acessibilidades [A6 e A13], bem como a sua localização no ponto de confluência de 3 eixos de fluxos de tráfego importantes [Lisboa/Setúbal - Beiras/Espanha - Santarém/Sul], comprova a diversidade das geometrias funcionais de articulação em que Coruche se insere, fortalecendo simultaneamente os indícios de

intensificação futura das opções de inserção do concelho em cadeias de escala e temática variável, com impacto sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial.

O território concelhio carateriza-se pela sua **ruralidade vincada**. Com efeito, o concelho de Coruche evidencia índices de urbanização pouco expressivos [nos Censos de 2001 apenas 13,6% da população concentrava-se em lugares com 2.000 ou mais habitantes, nos Censos de 2011 o peso da população aumenta para 33,5%], "*o que sintetiza, por um lado, as características do tradicional modelo de habitação característico dos territórios da zona onde Coruche se insere assente nos designados "foros", com o consequente refreamento da capacidade de afirmação de núcleos urbanos mais coesos e centralizadores de massa crítica e as resultantes dificuldades de estruturação, rentabilização e eficiência na cobertura de infra-estruturas básicas e, por outro lado, personificam os pressupostos de qualidade de vida assentes na "tranquilidade", "usufruto da natureza" e "desafogo vivencial" que se assumem como fatores distintivos do território de Coruche*"[4].

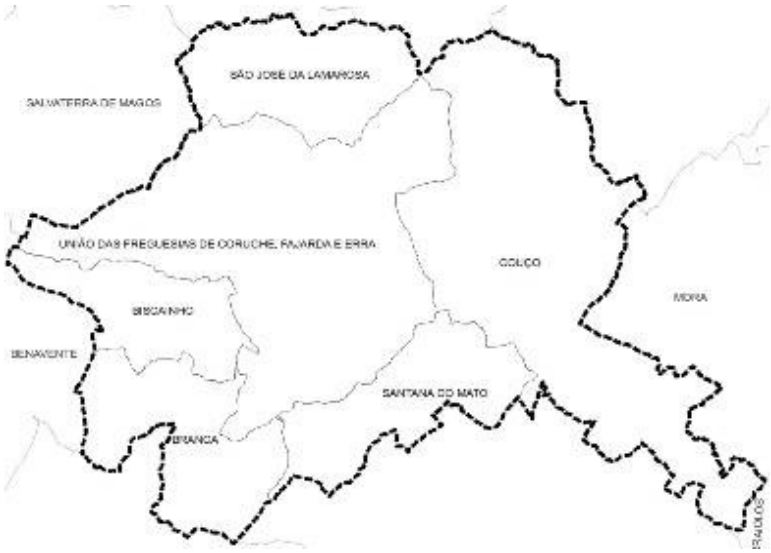


Figura 2 - Delimitação territorial das freguesias de Coruche
Fonte: Elaboração própria

Na sequência da publicação e entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro [que estabelece a obrigação da reorganização administrativa do território das freguesias], o município de Coruche passou a compreender **seis** freguesias: União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, Biscainho, Branca, Couço, Santana do Mato e São José da Lamorosa.

4 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Coruche - 2020

2. Sociodemografia e Habitação

[a] População

Analisando a dinâmica demográfica da **Região da Lezíria do Tejo** entre o período censitário 91 e 01 pode concluir-se que o aumento demográfico foi positivo [3,4%], em grande parte justificado pelo acréscimo populacional dos municípios de Benavente [26,8%], Azambuja [6,5%] e Salvaterra de Magos [6,2%]. Inversamente, com tendência de evolução demográfica com taxas negativas, encontram-se os municípios de Coruche [-9,7%], Chamusca [-6,4%] e Golegã [-6,0%].

No que diz respeito ao período que decorreu entre 2001 a 2011, a dinâmica demográfica da Sub-região da Lezíria do Tejo regista um acréscimo continuado [2,8%]. De salientar que o Continente [2,0%] acompanhou a tendência de evolução populacional registada no período intercensitário anterior. No entanto, o quadro de variações alterou-se, nos municípios de Santarém e Alpiarça com tendências de evolução, com taxas negativas, muito diferentes das registadas no período anterior. Salienta-se, ainda, o município da Chamusca com uma quebra contínua nas taxas de variação da população residente.

Quadro 1 - População residente, 1991 a 2011

Unidade territorial	População residente [nº]			Variação [%]	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Almeirim	21380	21957	23376	2,70	6,46
Alpiarça	7711	8024	7702	4,06	-4,01
Azambuja	19568	20837	21814	6,49	4,69
Benavente	18335	23257	29019	26,84	24,78
Cartaxo	22268	23389	24462	5,03	4,59
Chamusca	12282	11492	10120	-6,43	-11,94
Coruche	23634	21332	19944	-9,74	-6,51
Golegã	6072	5710	5465	-5,96	-4,29
Rio Maior	20119	21110	21192	4,93	0,39
Salvaterra de Magos	18979	20161	22159	6,23	9,91
Santarém	62621	63563	62200	1,50	-2,14
Lezíria do Tejo	**232969**	**240832**	**247453**	**3,38**	**2,75**
Continente	**9867147**	**10356117**	**10562178**	**4,96**	**1,99**

Fonte: Censos, INE

No contexto da Sub-região da Lezíria do Tejo, o **município de Coruche**, no período **2001** a **2011** continua a apresentar a mesma tendência de **evolução demográfica negativa** [**-6,5%**]**,** essencialmente à custa de uma diminuição de população na faixa etária dos 15 aos 24 anos [cerca de -36%]. Note-se que a partir da década de 1970 o município de Coruche vê a sua população residente substancialmente reduzida, no decurso de um processo de êxodo rural e migração.

Recorrendo à informação estatística disponível no sítio do Instituto Nacional de Estatística é possível apresentar, em traços gerais, um retrato do município de Coruche recorrendo a um conjunto de indicadores socioeconómicos.

Quadro 2 - Retrato sintético do município de Coruche
Fonte: Censos, INE

Designação	Unidade	Ano
Área Total	1.115,72 Km²	2014
Freguesias	6	2011
Densidade Populacional	104,7 hab/Km²	2011
População Residente HM, em 2011	19.944 Indivíduos	2011
População Residente HM, em 2001	21.332 Indivíduos	2001
Estimativa da População Residente dos 25 aos 49 anos	4.908 Indivíduos	2016
Estimativa da População Residente dos 50 aos 64 anos	4.084 Indivíduos	2016
Estimativa da População Residente	18.272 Indivíduos	2016
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 0 a 14 anos	-4,4%	2011
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 15 a 24 anos	-36,6%	2011
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 25 a 64 anos	-8,8%	2011
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 65 ou + anos	10,2%	2011
Variação população residente, 2001 e 2011	-6,5%	2011
Nados vivos, HM	113	2016
Óbitos, HM	322	2016
Taxa de Crescimento Efetivo	-1,71%	2016
Taxa de Crescimento Natural	-1,13%	2016
Taxa de Natalidade	6,1‰	2016
Taxa de Mortalidade	17,5‰	2016
Índice de Envelhecimento	245,6%	2011

As principais tendências de decréscimo demográfico no município de Coruche, são explicadas pelo saldo natural, representado pelo diferencial entre nascimento e óbitos, e pelo saldo migratório, composto pelo diferencial de entradas e saídas de população, refletindo o poder de atração do município. O crescimento negativo dos últimos anos tem tido origem essencialmente no saldo natural negativo, ou seja, o número de óbitos tem superado consistentemente o número de nascimento no município. O saldo migratório que, a partir de

2010 passou a apresentar sempre valores negativos, contribuiu deste modo para o agravamento das taxas negativas.
A análise desta informação evidencia uma forte contribuição do saldo natural para a evolução decrescente da população.

Observando a população por grupos etários, no período 2001/2011, a mesma manifesta tendência para um **progressivo envelhecimento**, acrescendo o facto de o indicador da mortalidade [17,5‰] ser bastante superior ao da natalidade [6,1‰] e a variação da população com idades compreendidas entre os 0 e 25 anos, naquele período, apresentar também taxas negativas. Este facto é reforçado pelo índice de envelhecimento que, de facto, no município de Coruche registou um acréscimo significativo entre 1991 e 2011, cifrando-se em 2011 em **245,6%**, ou seja, um total de 240 idosos [65 anos e mais] por cada 100 pessoas com idades até aos 14 anos. Este indicador é o mais elevado da subregião da Lezíria do Tejo, sendo o município da Chamusca [230,6%] o segundo mais elevado.

Em 2011, a população idosa, representava 29,4% dos residentes do concelho de Coruche. Este facto, deve-se sobretudo ao aumento da esperança média de vida e à diminuição da taxa de natalidade. A população ativa e em idade fértil [compreendida entre os 15 e 64 anos], por sua vez, representava 58,6% dos residentes. A classe mais jovem, ou seja dos 0-14 anos, tem perdido peso percentual no total dos residentes espelhando uma tendência para o envelhecimento. O panorama do município acompanha um pouco a tendência que se regista por todo o país em que se verifica um aumento da esperança média de vida em conjunto com a redução do número de filhos por casal que, deste modo, não assegura uma renovação das gerações.

A **densidade populacional é baixa** na globalidade do município e sofreu um decréscimo percentual acentuado, passando de 19,1 hab/km^2 em 2001, para **17,9 hab/km^2** em 2011. O território é caraterizado por uma elevada dispersão populacional e por extensas áreas florestais registando-se alguma disparidade entre freguesias. A freguesia sede de concelho alberga mais de metade da população concelhia, sendo a mais densamente povoada, com 33,0 hab/km^2 e possui a maior área [356,4 km^2]. A freguesia do Couço, localizada a Este do concelho, é a menos povoada com uma densidade de 8,0 hab/km^2, não obstante possuir uma das maiores áreas [346,5 km^2], por outro lado, localizada a Oeste, a freguesia do Biscainho é uma das mais densamente povoadas [13,2 hab/km^2], apesar de ser a que possui a menor área [81,4 km^2].

A partir da análise da variação da população nas seis freguesias que compõem o município de Coruche verifica-se que a tendência global no período 91-11 foi para o decréscimo, sendo que a freguesia do Couço [freguesia mais interior] foi a que mais contribuiu para a perda populacional concelhia, com uma variação de cerca de -25,8%.

Quadro 3 - População residente e variação intercensitária, 1991, 2001, 2011

Freguesias	Área (km^2)	População residente			Variação [%]	
		1991	2001	2011	91-01	01-11
UF Coruche, Fajarda e Erra	356,4	13.390	12.243	11.756	-8,6	-4,0
Couço	346,5	3725	3180	2765	-14,6	-13,1
São José da Lamarosa	110,8	2187	2017	1727	-7,8	-14,4
Branca	117,3	1766	1577	1474	-10,7	-6,5
Biscainho	81,4	1111	1057	1074	-4,9	1,6
Santana do Mato	103,0	1455	1258	1148	-13,5	-8,7
Concelho	**1115,72**	**23.634**	**21.332**	**19944**	**-9,7**	**-6,5**

Fonte: Censos, INE

Na década de 1991-2001 o município obteve um decréscimo populacional de -9,7%. Relativamente à evolução da população ao nível das freguesias salienta-se que todas registaram perdas populacionais, no entanto, as freguesias do Couço [-14,6%], Santana do Mato [-13,5%] e Branca [-10,7%] foram as que mais contribuíram para esta perda populacional, com perdas superiores à média do concelho.

No período entre 2001 e 2011 ocorreu um decréscimo populacional continuado ao nível concelhio [-6,5%]. A freguesia do Couço continuou a registar uma diminuição na dinâmica populacional [-13,1%], São José da Lamarosa observa uma queda acentuada da população residente [-14,1%]. A contrastar com o decénio anterior, a freguesia de Biscainho foi a única a apresentar um cenário de crescimento populacional [1,6%].

Efetuando uma análise, com base no quadro 4, relativamente à população e ao nível de escolaridade que possuí, conclui-se que a maioria da **população residente** possui o **ensino básico** [**59,1%**], sendo que do universo de indivíduos que possui este nível de ensino constata-se que 61,6% possui o 1º ciclo de ensino básico, refletindo um reduzido grau de instrução.

De notar que ainda há um número significativo de população sem qualquer nível de escolaridade completo [3.667 indivíduos], que faz com que a **taxa de analfabetismo** em 2011 seja de **14,6%,** não obstante ser menor do que em 2001, que representava 22,2% da população. As freguesias de São José da Lamarosa [20,6%], Santana do Mato [19,1%] e do Couço [18,7%] apresentam as taxas de analfabetismo mais elevadas.

No município de Coruche a população escolar encontra-se repartida pelos seguintes equipamentos educativos da rede pública e privada de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 4 - População e nível de escolaridade
Fonte: CMC 2020

Tipologia dos Estabelecimentos de Ensino por Freguesia

Freguesia	Rede Pública							Rede Solidária e Autárquica	
	JI	EB1	EB1/JI	EBI/JI	EB2/3	ES/3	Ensino Superior	Creche/ JI	Esc. Profissional
Coruche, Fajarda e Erra	1 Erra	3 Erra, Azervadinha e Rebocho	2 Coruche e Fajarda		1 Coruche	1 Coruche	1 Coruche (Universidade Aberta - CLA UAB)	4 Creche Quinta do Lago, Creche da Azervadinha, Lar de São José e Ninho das Corujinhas	1 Coruche
Biscainho	1	1							
Branca			1						
Couço				1				1 Centro Materno Infantil do Couço	
Santana do Mato			1						
São José da Lamarosa			1						
TOTAL	**2**	**4**	**5**	**1**	**1**	**1**	**1**	**5**	**1**

Número de crianças por nível de ensino no Concelho:

Pré-escolar – 184

1.º Ciclo – 520

2.º Ciclo – 275

3.º Ciclo – 462

Secundário – 304

Número de crianças na Rede Solidária e Autárquica de Creches e JI:

Creches Municipais (Quinta do Lago e Azervadinha) – 140

Centro Materno Infantil do Couço – 5

Lar de São José – 84

Ninho das Corujinhas – 44

Número de alunos da Escola Profissional – 250

Os estabelecimentos da rede pública fazem parte do Agrupamento de Escolas de Coruche. Os Jardins de Infância da rede pública [UF de Coruche, Fajarda e Erra, Biscainho, Branca, Santana do Mato e São José da Lamarosa] e os estabelecimentos pertencentes à rede privada [UF de Coruche, Fajarda e Erra] garantem uma boa cobertura ao nível da população pré-escolar frequentada por 184 crianças das seis freguesias do município. O 1.º CEB abrange 520 alunos repartidos pelos vários estabelecimentos [UF de Coruche, Fajarda e Erra, Biscainho, Branca, Couço, Santana do Mato e São José da Lamarosa]. Existem dois centros escolares localizados na freguesia do Couço e na UF de Coruche, Fajarda e Erra. O 2.º e 3.º CEB são frequentados por 737 alunos, sendo que o equipamento situa-se na sede de concelho.

O município de Coruche usufrui de ensino secundário, frequentado por 987 alunos, bem como de ensino profissional [rede particular], ambos na vila de Coruche.

[b] Habitação

No que concerne à temática do parque habitacional, em 2001 existia um total de 8.336 famílias clássicas no município de Coruche. No ano de 2011 este número diminuiu para 8.329 famílias clássicas, o que representa uma ligeira quebra de -0,1%. No último período intercensitário [2001-2011], a freguesia de Biscainho foi onde se verificou um maior crescimento do parque edificado, atingindo a taxa de variação os 42,3% [Quadro 2]. Em termos absolutos, foram construídos nesta freguesia 227 novos edifícios, os quais originaram 143 alojamentos.

No conjunto das freguesias com maior dinamismo construtivo, identificam-se ainda as freguesias de:

- UF de Coruche, Fajarda e Erra, com a construção de 846 novos edifícios e 704 alojamentos;
- Couço, onde foram criados 358 novos edifícios os quais deram origem a 336 alojamentos.

Quadro 5 - Edifícios, alojamentos familiares clássicos e famílias clássicas no município

Unidade Territorial	Edifícios			Alojamentos familiares clássicos			Famílias clássicas		
	2001	2011	Var %	2001	2011	Var %	2001	2011	Var %
Continente	2997659	3353610	11,9	4832537	5621098	16,3	3505292	3869188	10,4
Lezíria do Tejo	93507	107108	14,5	116371	137204	17,9	90230	97405	8,0
Concelho	**10068**	**11790**	**17,1**	**11177**	**12575**	**12,5**	**8336**	**8329**	**-0,1**
UF Coruche, Fajarda e Erra	5406	6252	15,6	6239	6989	12,0	4676	4846	3,6
Couço	1770	2128	20,2	1811	2160	19,3	1313	1200	-8,6
São José da Lamarosa	961	992	3,2	974	996	2,3	807	738	-8,6
Branca	809	941	16,3	829	937	13,0	613	611	-0,3
Biscainho	537	764	42,3	625	772	23,5	424	433	2,1
Santana do Mato	585	713	21,9	699	721	3,1	503	501	-0,4

Fonte: Censos, INE

No contexto concelhio a **dimensão média da família ronda os 2 indivíduos** e considerando a **tipologia de habitação**, a realidade no município é manifestamente **unifamiliar**, pelo que o indicador alojamentos por edifício é muito próximo de 1. Acresce que a variação do número de edifícios foi mais significativa que a variação do número de alojamentos, o que revela uma diminuição do número médio de alojamentos por edifício, que desce de 1,12, em 2001, para 1,07, em 2011, ou seja o concelho manteve a tipologia unifamiliar.

Quadro 6 - Indicadores médios no município, 2011

Unidade Territorial	Dimensão média das famílias	Alojamentos por edifício
Concelho	**2,4**	**1,1**
UF Coruche, Fajarda e Erra	2,4	1,1
Couço	2,3	1,0
São José da Lamarosa	2,3	1,0
Branca	2,4	1,0
Biscainho	2,5	1,0
Santana do Mato	2,3	1,0

Fonte: INE, Censos

[c] Projeções demográficas

Conhecer as tendências de evolução demográfica é importante para sustentar o processo de desenvolvimento municipal e programar a diferenciação e implementação das políticas públicas. Como tal é fundamental perspetivar a população de forma a adequar/apontar as principais debilidades das diferentes estruturas face ao desenvolvimento demográfico esperado, quer no que se refere à construção de novos equipamentos e infraestruturas, quer como instrumento central da definição de estratégias de criação de emprego e de desenvolvimento socioeconómico do município.

As estimativas que de seguida se apresentam têm como base a Carta Educativa do concelho de Coruche.

No documento estão elencados dois cenários de projeção demográfica, para o ano de 2021. "*Neste quadro de referência, verifica-se que a população se situará entre os 18.325 habitantes [cenário tendencial] e os 19.048 habitantes [cenário alternativo] em 2021. Em ambos os cenários prevê-se o decréscimo populacional, sendo este mais significativo no cenário tendencial [cerca de -8%].*

O cenário alternativo apresenta impactes consideráveis na freguesia sede de concelho, uma vez que a sua concretização permitirá a estagnação da população e não o decréscimo populacional previsto no cenário tendencial."

Quadro 7 - Estimativa da população residente por freguesia, para 2021

Unidade territorial	População residente	Projeção demográfica [2021]		Variação 2011-2021 %	
	2011	Cenário tendencial	Cenário alternativo	Tendencial	Alternativo
Concelho	**19944**	**18325**	**19048**	**-8,1**	**-4,5**
UF Coruche, Fajarda e Erra	11756	11114	11837	-5,5	0,7
Couço	2765	2323	2323	-16,0	-16,0
São José da Lamarosa	1727	2323	1424	-17,5	-17,5
Branca	1474	1355	1355	-8,1	-8,1
Biscainho	1074	1070	1070	-0,4	-0,4
Santana do Mato	1148	1039	1039	-9,5	-9,5

Fonte: Carta Educativa de Coruche, 2015

3. Estrutura Socioeconómica

A agricultura é uma atividade económica com peso na história de Coruche, remontando à era da dominação romana na época de pacificação das zonas conquistadas pelos romanos, direcionadas para as regiões mais ricas do ponto de vista agrícola, nomeadamente nos terrenos férteis do Vale do Sorraia, predominando na altura a produção de cereais, azeite, bolota, figueira e vinha. Atualmente, a especialização produtiva deste concelho ribatejano apresenta um significativo vínculo à herança de um passado marcado por uma profunda ligação à terra e à cultura tradicional, predominando a produção de arroz, milho, tomate e produtos hortícolas, embora com sucessivas e importantes alterações do perfil produtivo devido a alterações na política de apoios da PAC, que ditou o fim de algumas produções agrícolas em Portugal [de que são exemplo a beterraba e o tabaco], para além de mutações na lógica de gestão da propriedade latifundiária, novas perspetivas de fruição da "terra" e modernização dos pressupostos de desenvolvimento da atividade agrícola.[5]

A partir da leitura do quadro seguinte é possível analisar e estabelecer uma relação da estrutura económica municipal com a população de Coruche.

Quadro 8 - Indicadores socioeconómicos do município de Coruche

Designação	Unidade	Ano
População Ativa HM	8.593 Indivíduos	2011
População Economicamente Ativa HM	7.486 Indivíduos	2011
Taxa de Atividade HM, em 2001	46,9%	2001
Taxa de Atividade HM, em 2011	43,1%	2011
População Desempregada HM	1.107 Indivíduos	2011
População Desempregada, procura 1º emprego HM	130 Indivíduos	2011
População Desempregada, procura novo emprego HM	977 Indivíduos	2011
Taxa de Desemprego HM, em 2001	5,3%	2001
Taxa de Desemprego HM, em 2011	5,6%	2011

Fonte: Censos, INE

No município de Coruche a **taxa de desemprego** ronda os **5,6%**, mantendo a que existia em 2001. O número de desempregados no município incide maioritariamente sobre as mulheres, com um total de 624 indivíduos do sexo feminino, em oposição aos 483 indivíduos do sexo masculino. A maioria da população desempregada encontra-se a receber subsídio de desemprego [34,8%] ou cargo da família [24,1%]. **No entanto os dados estatísticos não contabilizam as formas de emprego informais de base tradicional e familiar**.

5 Plano Estratégico de Desenvolvimento de Coruche - 2020

A taxa de atividade diminuiu no decénio 2001-2011, porém com uma maior incidência nos indivíduos do sexo masculino.

Quadro 9 - Taxa de desemprego

Unidade Territorial	Taxa de Desemprego	
	2001	2011
Continente	6,9	13,2
Lezíria do Tejo	8,1	12,6
Coruche	**11,4**	**12,9**

Fonte: Pordata

Relativamente à população empregada por setor de atividade no município de Coruche, à semelhança do que acontece na Subregião e no País, o setor com maior representatividade é o terciário, seguindo-se o secundário e, por último encontra-se o setor primário que empregava 21% e 17% em 2001 e 2011, respetivamente. Nos anos de 2001 a 2011 o setor terciário registou uma evolução significativa, passando de 50% para 63%, muito à custa do emagrecimento do setor secundário.

Considerando o **setor de atividade primária** refira-se que este tem vindo a perder ativos no concelho, à semelhança da tendência que se verifica a nível regional e nacional. A atividade agrícola continua com graves problemas associados à idade avançada do produtor agrícola [65 ou mais anos de idade] e ao baixo nível de escolaridade. Estes continuam a constituir entraves ao desenvolvimento da atividade e motivos da fraca produtividade que se regista. Apesar da índole rural do concelho, verifica-se um acréscimo do número de pessoas que depende cada vez menos exclusivamente da agricultura. Hoje, os ativos agrícolas a tempo inteiro são poucos.

Quadro 10 - População empregada segundo setor de atividade, 2011

Unidade territorial	Total	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário	
		Total	%	Total	%	Total	%
Continente	4150252	121055	2,9	1115357	26,9	2913840	70,2
Lezíria do Tejo	100637	7301	7,3	24361	24,2	68975	68,5
Coruche	**7486**	**1281**	**17,1**	**1943**	**26,0**	**4262**	**56,9**

Fonte: Censos, INE

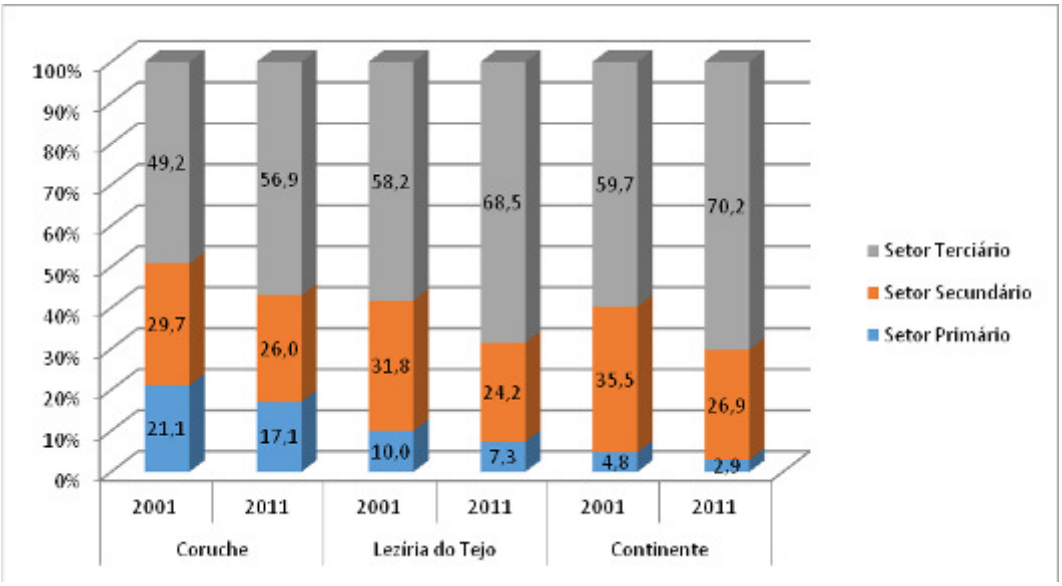


Figura 3 - População empregada por setor de atividade

A leitura do quadro seguinte, onde consta a distribuição das empresas não financeiras sediadas no município de Coruche, pelos diferentes ramos e setores de atividade, permite destacar a sua importância na economia do município, bem como a respetiva evolução durante o período de 2008 a 2015.

Quadro 11 - Número de empresas por ramo e setor de atividade, 2008 a 2015

N.º de Empresas	2008	%	2015	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	475	98,8	516	99,0
Indústrias Extrativas	6	1,2	5	1,0
Setor Primário	**481**	**22,6**	**521**	**27,9**
Indústrias Transformadoras	105	36,5	85	43,4
Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	0	0,0	1	0,5
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	4	1,4	3	1,5
Construção	179	62,2	107	54,6
Setor Secundário	**288**	**13,5**	**196**	**10,5**
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	546	40,1	401	34,8
Transporte e Armazenamento	50	3,7	49	4,2
Alojamento, Restauração e Similares	154	11,3	127	11,0
Atividade de Informação e Comunicação	12	0,9	14	1,2
Atividades Imobiliárias	19	1,4	19	1,6
Atividade de Consultoria, Cientificas, Técnicas e Similares	137	10,1	117	10,1
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	174	12,8	148	12,8
Educação	69	5,1	76	6,6
Atividade de Saúde Humana e Apoio Social	73	5,4	91	7,9

Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	49	3,6	40	3,5
Outras Atividades de Serviços	80	5,9	71	6,2
Setor Terciário	**1363**	**63,9**	**1153**	**61,7**
Total	**2132**	**100**	**1870**	**100**

Fonte: INE, Anuários Estatísticos

No município de Coruche, em 2008, exerciam atividade 2.132 empresas, tendo o seu número diminuído em cerca de -12,3% durante o período em análise [2008-2015], perfazendo um total de **1.870 empresas** no ano de **2015**. Este decréscimo do número de empresas evidencia-se sobretudo nos ramos da "Construção", "Comércio por Grosso e a Retalho". No entanto, ocorreram aumentos nos ramos da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", Atividade de Informação e Comunicação, Educação e "Atividade de Saúde Humana e Apoio Social"

O setor de atividade com maior expressão no município foi o setor terciário, com uma quota do número de empresas razoavelmente estável a rondar os 61,7%. O setor primário era constituído por 521 empresas em 2015, com o total das empresas no ramo da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca". Este setor representou cerca de 27,9% da atividade empresarial do município.

A caraterização por ramos de atividade permite evidenciar que é a "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", que possui um lugar de destaque no setor primário, seguido dos ramos da "Construção" com uma representatividade de cerca de 54,6%, no setor secundário. Por fim, surge o "Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos" com um peso relativo de 34,8% no setor terciário.

O perfil produtivo de Coruche é caracterizado pela prevalência de atividades ligadas à Agricultura e Silvicultura, à Indústria Alimentar - que acompanham o perfil de especialização de emprego da respetiva região de inserção [Lezíria do Tejo] - à Indústria da Cortiça [sobretudo a indústria da cortiça, mas também as pequenas unidades de fabricação de obras de carpintaria para a construção] e também, à panificação e pastelaria [muito pequenas unidades industriais].

Com um modelo industrial maioritariamente tradicional, Coruche possui cinco Polos Industriais. Realça-se, ainda, o facto da estrutura industrial do concelho ser considerada desequilibrada, atendendo sobretudo ao reduzido número de trabalhadores, verificado na grande maioria das empresas, e ao apreciável predomínio das empresas de pequena e muito pequena dimensão. Na atividade industrial verifica-se a predominância do ramo alimentar ligado à transformação dos produtos da terra.

- **Zona Industrial do Monte da Barca**, em funcionamento à data de elaboração do PDM vigente, e onde a oferta de terrenos foi rapidamente esgotada, encontrando-se à data com quatro lotes disponíveis e **Zona de Expansão da Zona Industrial do Monte da Barca**, cuja oferta se encontra esgotada [nomeadamente pela Equipar],
- **Zona Industrial do Monte da Barca (Norte) / e Pólo da Mundiarroz**
- **Zona Industrial do Couço**, em fase de implementação, com oferta já quase esgotada;
- **Zona Oficinal de São José da Lamarosa**, em funcionamento e com oferta também já quase esgotada.

Ao nível do investimento de ordem local/municipal, a autarquia optou por um investimento centrado em loteamentos industriais/oficinais, de pequena, média dimensão para instalação de atividades [no âmbito da fabricação de máquinas/equipamentos e da manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos], do qual resultaram os projetos municipais de São José da Lamarosa e do Couço.

Fazem ainda parte do cenário industrial as seguintes áreas industriais de natureza privada/ cooperativa:

- **DAI**, unidade de transformação de beterraba sacarina;
- **ITS Marques**, unidade de abate de gado;
- **Unidade Industrial da Atlantic Meals**
- **Unidade Industrial da Nestlé**

Refere-se no âmbito do desenvolvimento da atividade industrial, a importância da elaboração do Plano de Pormenor da ZIMB Norte, que articule a área da ZI Sorraia e da ZI de Monte da Barca / e polo da Mundiarroz, que visa, para além de promover a requalificação do edificado existente, pretende criar as condições necessárias para a instalação de novas empresas, perspetivando a criação do Parque Empresarial com uma dimensão estratégica supramunicipal.

Assim, importa referir que a execução deste PP, promove e garante a criação de um parque empresarial no concelho de Coruche, que lhe confere uma dimensão estratégica e caráter intermunicipal, em conjunto com a Zona Industrial do Monte da Barca / e polo da Mundiarroz, onde se localizam hoje estabelecimentos industriais de referência nacional [tais como a Amorim SA].

Este parque empresarial, pretende vir a constituir-se como um polo aglutinador do meio empresarial, com vista à prestação de serviços às empresas instaladas no concelho, que funcione como um espaço emblemático de promoção e afirmação do concelho, que contribua para a fixação dos ativos licenciados e dos formados na Escola Profissional de Coruche.

Este parque empresarial, pelo seu nível de execução e ocupação e ainda pela sua dimensão e ausência de parques desta natureza no distrito de Santarém, torna-se estratégico para o município e para a região, com o intuito de atrair e desenvolver a atividade industrial no distrito, e apresenta uma localização privilegiada face a eixos viários estruturantes [EN 114], que garante a ligação através da EN119 ao nó de Santo Estevão da A13, bem como à proximidade à localização futura de nó de intersecção do IC10/ IC13 e ainda à proximidade ao principal núcleo urbano capaz de fornecer os meios humanos necessários - Coruche.

No que concerne à **atividade turística** o município de Coruche usufrui de grandes potencialidades que se alicerçam nos seus recursos endógenos inimitáveis como a beleza paisagística, a riqueza dos recursos agrícolas, florestais e hídricos, a qualidade de vida, a tranquilidade e o desafogo, que determinam um potencial turístico que importa valorizar, criando condições para a fruição dos seus espaços.

O produto turístico que Coruche oferece está associado ao turismo de natureza e a imagem de marca do seu património turístico associa-se à água [rios e planos de água] e ao verde [mancha florestal dotada de um verde exuberante e constante na paisagem ao longo do ano].

O aproveitamento do património cultural associado ao meio rural e às tradições da festa brava [praça de toiros e eventos tauromáquicos, ganadarias, coudelarias], do património cinegético, artesanato [cortiça, barro, doçaria], das valias gastronómicas e ecossistemas ecologicamente diversificados, da pesca, do desporto, do turismo de natureza, constituem atrativos a aproveitar sob a forma de produto turístico.

A oferta turística é pouco diversificada, no entanto o potencial do concelho para o desenvolvimento do sector é grande. Com efeito, os elementos que compõem a oferta turística tradicional do Ribatejo [paisagem e recursos naturais, festas e romarias, gastronomia, folclore e tauromaquia], encontram-se presentes em Coruche tanto como recursos em exploração, como potencialidades a valorizar.[6] Concretizando o número de empreendimentos turísticos, existe a informação referente a dois empreendimentos de turismo de habitação, dois empreendimentos de agroturismo e uma casa de campo. Relativamente à figura de Alojamento Local, criada pelo Decreto-lei nº 39/2008, de 7 de março, objeto de 3ª alteração com o Decreto-Lei nº 63/2015, de 23 de abril, existe no município de Coruche uma lista de dezoito unidades registadas, localizadas maioritariamente na sede de concelho - UF de Coruche, Fajarda e Erra

Quadro 12 - Empreendimentos turísticos

Nome	Tipologia	Capacidade	Unidades Alojamento	Freguesia
Casa de Coruche	Empreendimento de Turismo de Habitação	10	5	Coruche
Casa do Rio Sorraia	Empreendimento de Turismo de Habitação	29	15	Coruche
Coudelaria Vale Pau	Agroturismo	12	6	Santana do Mato
Herdade do Monte Novo	Agroturismo	68	34	Couço
Monte do Areeiro	Casa de Campo	12	6	São José da Lamarosa
Total	**5**	**131**	**66**	

Fonte: Turismo de Portuga[7]l, 2017

Quadro 13 - Alojamento local

Registo	Nome do Alojamento	Modalidade	Capacidade	Utentes	Unidade alojamento	Localização
39106/AL	Casa da Aldeia	Moradia	3	5	2	Coruche, Fajarda e Erra
21843/AL	Castela Hospedaria - Alojamento Local	Estabelecimento de hospedagem	6	6	3	Coruche, Fajarda e Erra
56178/AL	Dom Couço	Moradia	17	20	9	Couço
21856/AL	Monte das Gamas - Alojamento Local	Moradia	5	6	3	Coruche, Fajarda e Erra
21885/AL	Monte Macário - Alojamento Local	Moradia	10	12	4	Coruche, Fajarda e Erra
21834/AL	Quinta da Azervada de Cima - AL	Moradia	3	4	2	Coruche, Fajarda e Erra
11478/AL	Quinta da Mimosa	Estabelecimento de hospedagem	15	21	8	Coruche, Fajarda e Erra
21865/AL	Retiro dos Caçadores	Moradia	8	12	2	Coruche, Fajarda e Erra
97618/AL	Casa dos Ingleses	Estabelecimento de hospedagem	8	9	3	Coruche, Fajarda e Erra

6 Relatório do PDM em vigor, CMC
7 Consulta à Base de Dados do Turismo de Portugal, I.P., em 27.11.2017

91801/ AL	Casa do Mairol	Moradia	4	5	1	Coruche, Fajarda e Erra
91749/ AL	Casa do Xico das mulas	Moradia	2	4	1	Coruche, Fajarda e Erra
91748/ AL	Casa do Boeiro	Moradia	2	4	1	Coruche, Fajarda e Erra
91746/ AL	Casa do abegão	Moradia	1	2	1	Coruche, Fajarda e Erra
91747/ AL	Casa do Campino	Moradia	4	5	1	Coruche, Fajarda e Erra
89177/ AL	Quinta Grande	Moradia	10	10	5	Coruche, Fajarda e Erra
98618/ AL	Vila Sorraia	Estabelecimento de hospedagem	18	20	9	Coruche, Fajarda e Erra
76330/ AL	Azul Coruche	Moradia	5	10	4	Coruche, Fajarda e Erra
64274/ AL	Quinta do Lago	Estabelecimento de hospedagem	27	28	9	Coruche, Fajarda e Erra

Fonte: Turismo de Portugal, 2020[8]

8 Consulta à Base de Dados do Turismo de Portugal, I.P., em 04.06.2020

4. Sistema Ambiental

Segundo a obra da DGOTDU[9], a paisagem concelhia encontra-se inserida na unidade "**Vale do Sorraia**". Esta unidade surge no centro do país, a sul do rio Tejo, onde predominam "*os arrozais, as searas de trigo, o montado de sobro e os campos arborizados já com feição Alentejana*"[10]

Trata-se de um vale "*beneficiado pela rega a partir da água armazenada nas albufeiras de Montargil e Maranhão, onde se desenvolve uma intensa atividade agrícola e pecuária sobre os férteis solos de aluviões*.[11]" Neste território a constante presença de água, no rio e nos pegos, bem como a quase permanente humidade ao nível do solo, é determinante para que a paisagem do vale se identifique com um meio especialmente fértil e viçoso. Aqui a agricultura é intensiva e especializada desenhando um mosaico diversificado de culturas permanentes como a vinha e pomares [ocupando cada vez menos áreas no vale], ou de culturas anuais [como o milho, arroz, tabaco, beterraba, tomate e hortícolas].

Esta unidade carateriza-se pela riqueza biológica presente nas galerias ripícolas bem constituídas, as sebes de compartimentação, os pegos e a vegetação envolvente e na reduzida largura do vale.

O contraste entre a paisagem do fundo plano do vale, de uso intensivo, e o nível da charneca, é na maioria dos casos muito claro, "*não só pelo desnível topográfico [correspondendo a diferenças bem nítidas e abruptas, como é o caso da encosta em que se encontra Coruche, ou a transições muito mais suaves, como se verifica na orla esquerda do vale em frente daquela vila] mas, também, pela mudança de usos, que passam a ser dominados por sistemas florestais ou silvopastoris [montado].*[12]"

As sensações que mais se destacam na paisagem relacionam-se com "*a presença de água, com a frescura e o domínio quase permanente das cores verdes, com o equilíbrio associado à organização e diversidade do mosaico agrícola*"

9 Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental" [Volume III. Coleção Estudo 10, DGOTDU, 2004]
10 Orlando Ribeiro, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 1993
11 DGOTDU, 2004
12 Idem

O município de Coruche possui sobretudo **declives** muito suaves [0-3,5%] e suaves [3,5-7%], com vales largos e aplanados, sendo o Rio Sorraia o elemento central e coagulante da mesma. Os declives superiores a 14% são escassos, restritos à margem direita do Vale do Sorraia, a oeste da vila de Coruche e Sul da Fajarda. De diminuta relevância, surgem ainda pequenas zonas ao longo da Ribeira da Erra, Sor, Raia, Fanica e Lavre.

As áreas com declives entre 7 e 14% encontram-se, a norte do Sorraia, nas margens da Ribeira da Lamarosa, da Ribeira da Erra, do Vale do Sorrão, do Vale de Paredes, do Vale do Tufo e do Vale Mosteiro, na Barragem da Agolada, na envolvente da Varejola, nas encostas do cabeço do Raivozinho, da Ribeira da Fanica, da Ribeira do Divôr, na margem sul da Ribeira do Lavre e na margem sul do Rio Sorraia, no limite Oeste. As restantes zonas do concelho encontram-se em declives mais favoráveis e desejáveis onde o risco de erosão é baixo, dos 0-7,5%. As classes de declives predominantes são a 0-3,5%.

A **geologia** desta área é composta por dois grandes conjuntos, o soco antigo, provavelmente do Câmbrico - Ordovícico inferior [Paleozóico] e a cobertura terciária e quaternária. O soco antigo constitui o "substrato hercínico", com representação bastante reduzida, aflorando apenas, na ponta saliente SE e que se integram no "Maciço Granítico de Pavia". Por outro lado, os depósitos do Terciário e Quaternário recobriram praticamente todo o concelho, soterrando tanto os materiais da sequência metamórfica como as rochas intrusivas, deixando apenas a descoberto a mancha granítica da ponta sudeste. Partindo das formações de cobertura mais antigas para as dos depósitos mais recentes [Aluviões Modernas] tem-se:

- o Paleogénico [tem representação circunscrita ao limite SE, a anteceder a mancha do "Maciço Granítico de Pavia", por sua vez recoberto pelo Miocénico marinho de Lavre],
- o Miocénico e Pliocénico indiferenciados [constituem o "Complexo argilo-arenoso de Coruche.", ocupando mais de 65% da área concelhia, sendo o restante preenchido pelas formações do Pliocénico, pelos depósitos de terraços e pelas aluviões modernas],
- o Pliocénico [está representado na parte central do concelho, sobretudo a sul do vale do Sorraia, numa série de relevos residuais correspondendo aos pontos mais elevados da peneplanície, em extensas plataformas interfluviais entre os vales das ribeiras do Divor e dos Poços e as do Vale Grande e Lavre. A norte do Sorraia, ainda tem representação assinalável a separar os vales das ribeiras da Erra e Lamarosa e desta e Grou],

- o Plistocénico [estas formações correspondem a depósitos de antigos terraços fluviais. Têm presença significativa ao longo das extensas vertentes que caem para os principais vales. Os materiais constituintes são dominados pelas cascalheiras [saibro e seixos] e areias mais ou menos grosseiras, podendo apresentar intercalações argilosas, sobretudo nas áreas a jusante dos vales principais. Noutras situações, regista-se a ocorrência de grés grosseiros, grés argilosos e argilas],
- o Holocénico _ Aluviões modernas [ocorrem em orlas marginando o curso das principais linhas de água. A sua representação no território concelhio é globalmente importante, com maior desenvolvimento nos vales das ribeiras Sor e Raia e após a confluência, ao longo do vale do Sorraia e ainda no vale da ribeira de Muge, num pequeno troço na área de Raposa. Próximo de Coruche, é notável o conjunto aluvionar da ribeira de Magos e dos seus afluentes, ribeiras da Agolada e Vale de Cavalos].

O município de Coruche está inserido na bacia hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, possui uma rede bastante densa e reparte-se por três subacias: a do **rio Sorraia**, envolvendo algumas importantes ribeiras afluentes e as das **ribeiras de Magos e Muge**. A maioria dos cursos de água é de regime temporário, registando-se caudais permanentes só no Sorraia e nalgumas das principais ribeiras [Divor, Lavre, Erra, Magos e Lamarosa], mas com fluxos hídricos extremamente reduzidos ou mesmo nulos no final da época estival, enquanto que em todas as outras linhas de água apenas se regista circulação aquífera superficial no período coincidente com os meses mais chuvosos e frequentemente a prolongar-se até ao final da Primavera.

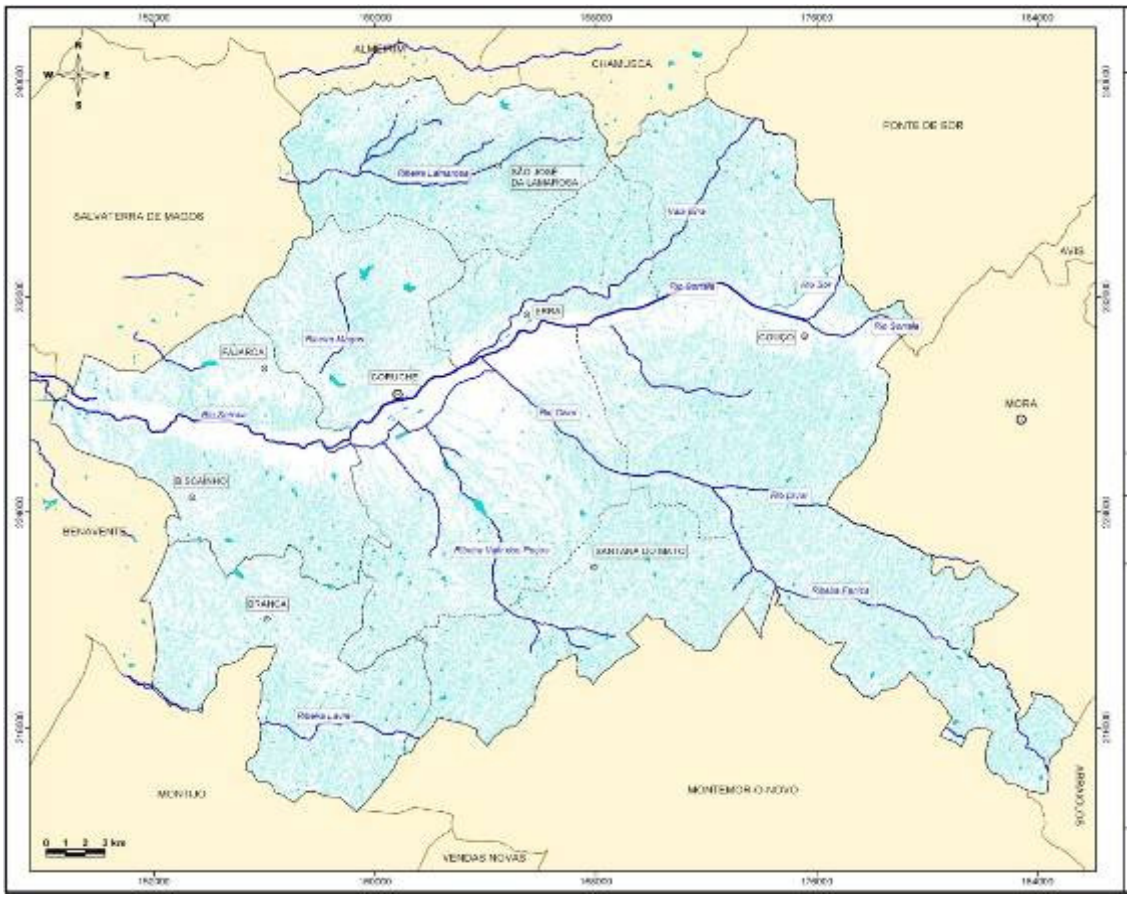
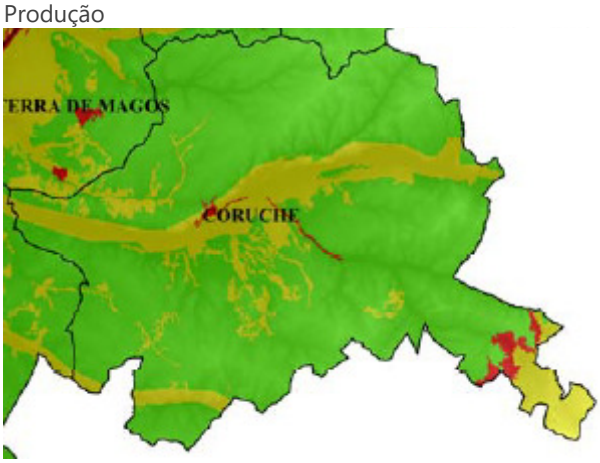


Figura 4 - Rede hidrográfica no município de Coruche
Fonte: PME

Segundo o estudo de caracterização acerca dos espaços florestais concelhios para elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal Ribatejo, é possível identificar as funcionalidades no município de Coruche, que se apresentam seguidamente.

Produção



Proteção

Conservação

Silvo pastorícia, caça e pesca

Recreio e Estética da Paisagem

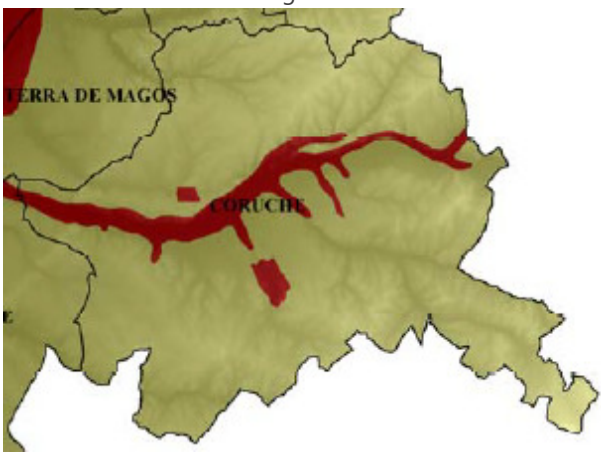


Figura 5 - Funcionalidades
Fonte: PROF Ribatejo

Como favorável para a produção encontra-se todo o território da Charneca, relacionado com produção de madeira, cortiça, biomassa, frutos e de outras matérias orgânicas. Por outro lado, associada à função proteção estão consideradas como muito importantes os aluviões do rio Sorraia, as zonas envolventes às principais linhas de água.

As funções associadas à silvopastorícia, caça e pesca está classificada como muito importante em grande parte do território do concelho. Estas funções estão associadas, por um lado à reconhecida riqueza piscícola do Rio Sorraia, o qual constitui um local privilegiado para a prática desportiva, sendo considerado um dos melhores pesqueiros nacionais. Por outro, com a presença da mancha contínua de montado de sobro, a qual constitui um elemento marcante da paisagem coruchense.

Do ponto de vista do recreio e estética da paisagem salientam-se dois aspetos principais, o primeiro associado ao atravessamento do concelho pelo Rio Sorraia um recurso fundamental com potencial de desenvolvimento estratégico, pelo seu enquadramento paisagístico e pelo conjunto de atividades que se poderão desenvolver tirando partido deste recurso., o segundo relacionado com o Sítio classificado dos Açudes de Monte da Barca e Agolada.

Segundo dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], no município de Coruche foram criadas cinco Zonas de Intervenção Florestal [ZIF]. Enquanto áreas territoriais que visam a promoção da gestão do património florestal e do combate ao fracionamento da propriedade, permitem ganhos ao nível da rentabilidade económica dos espaços florestais [redução dos custos e aumento da produção], a melhoria das infraestruturas de apoio, o apoio técnico especializado, a certificação florestal, etc.

- A **ZIF de Erra** [ZIF nº 131] foi criada através do Despacho nº 24/2011/ZIF, de 3 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2ª série, nº1, possui uma área de intervenção de 12.475,5 ha, correspondentes a 39 prédios rústicos, são geridos por 23 proprietários ou produtores florestais aderentes à ZIF, em que 82% da área tem ocupação florestal. A ZIF inclui 1.711 prédios rústicos, na sua maioria de pequena dimensão, com área inferior a 5 ha, correspondentes a áreas de foros, com reduzida área florestal e desenvolve-se na freguesia de Couço e na UF de Coruche, Fajarda e Erra. A gestão desta ZIF encontra-se a cargo da Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes [APFC], uma organização associativa sem fins lucrativos de proprietários e produtores florestais.

- A **ZIF Baixo Sorraia** [ZIF nº 137] foi criada através do Despacho nº 03/2011/ZIF, de 26 de janeiro, nos limites do concelho possui uma área de intervenção de 33.973 ha englobando vários prédios rústicos das freguesias de Biscainho, Branca, Santana do Mato e UF de Coruche, Fajarda e Erra. A gestão encontra-se a cargo da Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC), uma organização associativa sem fins lucrativos de proprietários e produtores florestais.

- A **ZIF Divor** [ZIF nº 139] foi criada através do Despacho nº 5/2011/ZIF, de 3 de fevereiro, no limite do concelho de Coruche engloba vários prédios rústicos das freguesias Couço, Santa do Mato e UF de Coruche, Fajarda e Erra e possui uma área de intervenção de 35.666 ha. A gestão desta ZIF encontra-se a cargo da Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC), uma organização associativa sem fins lucrativos de proprietários e produtores florestais.

- A **ZIF Ribeiras da Lamarosa** [ZIF nº 88] foi criada através do Despacho nº 22228/2009/ZIF, de 7 de outubro, publicado no Diário da República, 2ª série, nº194, no limite do concelho de Coruche engloba vários prédios rústicos das freguesias Biscainho, Lamarosa e UF de Coruche, Fajarda e Erra e possui uma área de intervenção de 19.320 ha. A gestão desta ZIF encontra-se a cargo da Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC), uma organização associativa sem fins lucrativos de proprietários e produtores florestais.

- A **ZIF Charneca da Calha do Grou** [ZIF nº 54] foi criada através da Portaria nº 113/2009, de 29 de janeiro, publicado no Diário da República, 1ª série, nº20, nos limites do concelho de Coruche possui uma área de intervenção de 7.795 ha, englobando vários prédios rústicos nas freguesias de Biscainho, Lamarosa e UF de Coruche, Fajarda e Erra. No ano de 2015 a ZIF foi alvo de alteração dos limites territoriais passando a incluir o município de Ponte de Sôr e a sua gestão fica a cargo do ICNF.

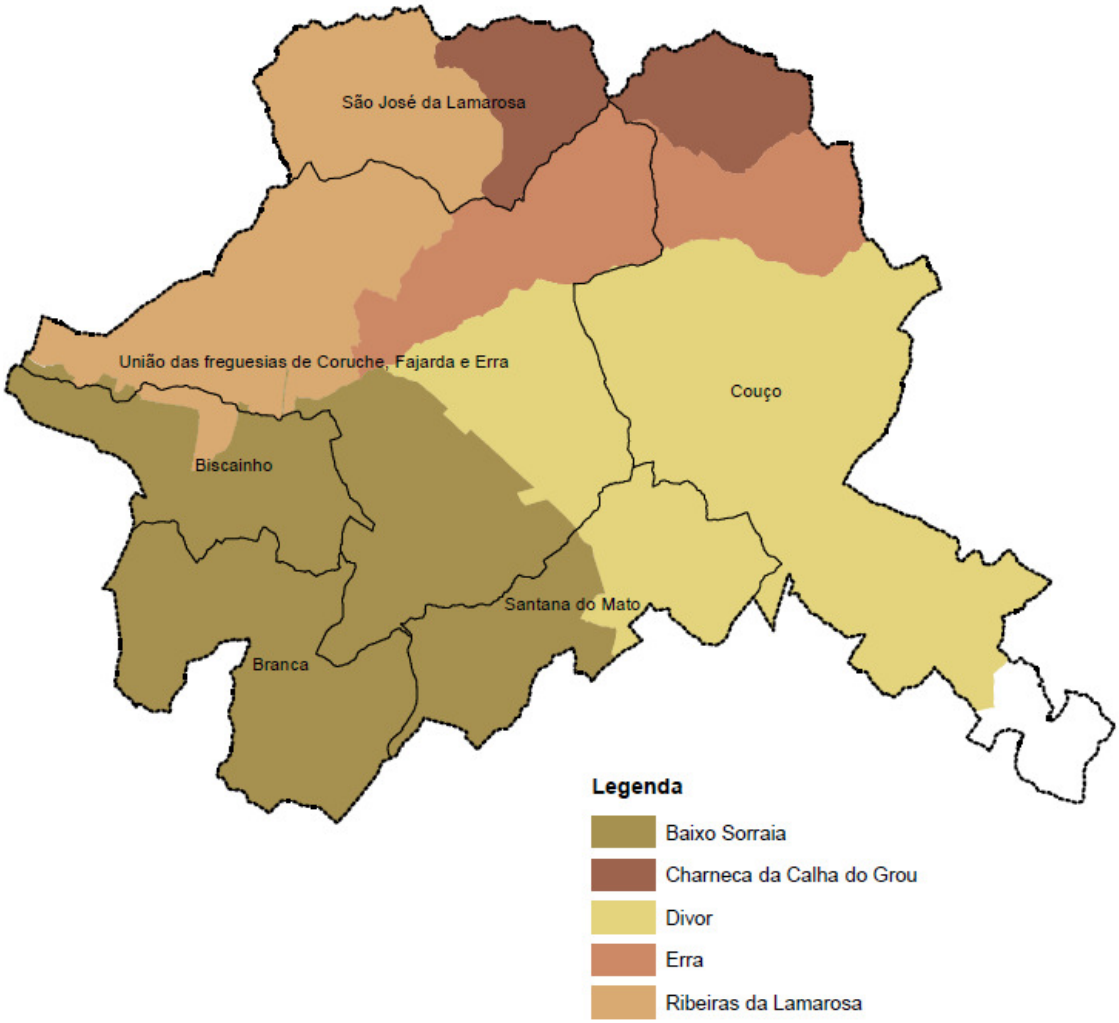


Figura 6 - Zonas de Intervenção Florestal no concelho de Coruche

5. Sistema Urbano

O sistema do Modelo Territorial definido no PROTOVT, que traduz espacialmente as Opções Estratégicas de Base Territorial [OEBT] e orienta a reconfiguração espacial e funcional do OVT, assenta em três sistemas estruturantes: o sistema urbano e de competitividade, o sistema ambiental e o sistema de mobilidade.

No Esquema Global do Modelo Territorial (EGMT) apresentado no PROT OVT a vila de **Coruche** é classificada como Centro Urbano Estruturante[13] — integrando-se assim no **2º nível** da rede urbana definida no PROT OVT, classificação que espelha a importância da vila no contexto da sub-região da Lezíria do Tejo.

[a] O Sistema Urbano e a Competitividade

Estrutura Urbana

O Modelo territorial formula um sistema urbano que visa o reforço da aposta numa rede policêntrica de cidades médias, a afirmação de redes de especialização, a integração funcional entre centros urbanos próximos, no sentido de criar coesão e competitividade supramunicipal e regional, e equaciona, igualmente, a dimensão estratégica dos centros urbanos no apoio à revitalização e à modernização das áreas rurais.

O sistema urbano encontra-se estruturado em duas componentes essenciais:

1. Hierarquização dos centros urbanos; e
2. Relações/articulações que se desenvolvem entre eles (subsistemas urbanos) e com as regiões envolventes.

Relativamente a estas últimas, o sistema do OVT organiza-se em torno de dois níveis complementares:

a) Redes de articulação urbana de proximidade;
b) Articulação inter-regional, que posiciona o sistema urbano do OVT na organização territorial da região mais vasta, polarizada pela metrópole de Lisboa.

13 Centros que prestam um conjunto de funções especializadas de âmbito regional ou um leque de funções razoavelmente diversificado de influência sub-regional.

No que se refere à hierarquia urbana, o sistema do OVT organiza os centros urbanos em três níveis:

1. *Regionais*, assentes numa rede de equipamentos e serviços diversificada, desempenhando funções essenciais de articulação territorial e evidenciando capacidades para construir e dinamizar redes urbanas;
2. *Estruturantes*, que devem desenvolver um conjunto de funções especializadas, ou um leque de funções razoavelmente diversificado, polarizador do sistema urbano regional;
3. *Complementares*, que prestam um leque de funções urbanas pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.

Como já anteriormente referido, a de Coruche é atribuída a classificação de Centro Urbano Estruturante, posicionando-se assim ao mesmo nível de centros como Benavente, Alenquer, Cartaxo, Almeirim, localizados na NUTIII da Lezíria do Tejo, entre outras localizadas nas restantes sub-regiões.

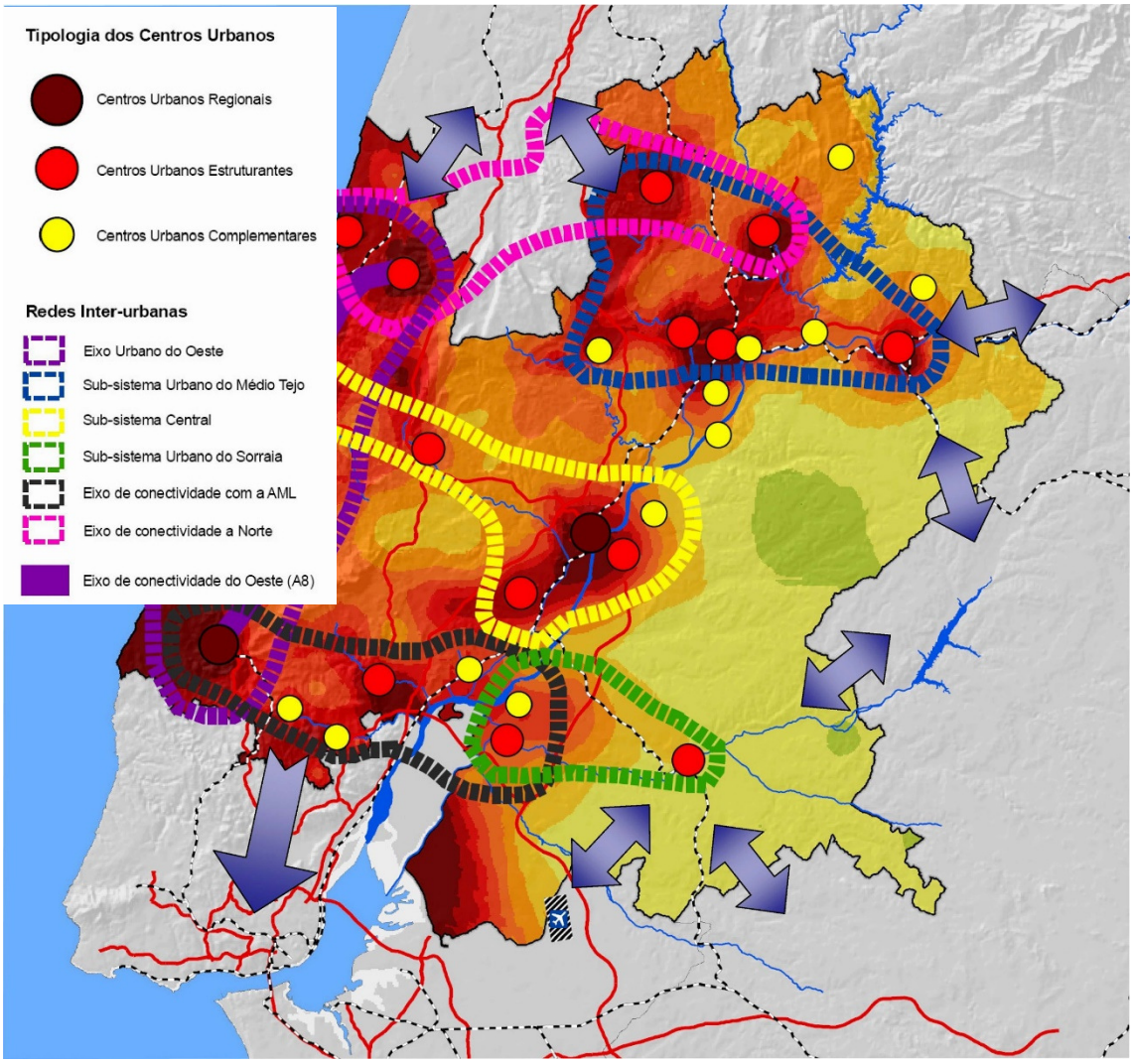


Figura 7 - Sistema Urbano

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

No que concerne às redes interurbanas – ver figura 7 -, **Coruche** integra-se no **subsistema urbano Sorraia-Tejo**, o qual é "*constituído pelos centros urbanos de Benavente, Salvaterra de Magos e Coruche, e fortemente articulado com o Eixo de Conetividade com a Área Metropolitana de Lisboa (…), detém uma importante função residencial e um enorme potencial nas fileiras logística e industrial…*"[14]

Indústria e Serviços de apoio às Empresas

No domínio da atividade empresarial da indústria e serviços às empresas, as opções do PROTOVT visam incentivar a construção de estratégias de eficiência coletiva que formem e que desenvolvam economias de proximidade e de aglomeração por via da valorização das seguintes trajetórias:

a) *Afirmação de pólos de competitividade e tecnologia, suportados em parcerias de vocação internacional entre empresas, estabelecimentos de ensino e formação e entidades do Sistema Científico e Tecnológico (…);*
b) *Desenvolvimento de "clusters" ou redes de empresas, apoiadas em parcerias estabelecidas com agências da administração local e central, suportados em projetos âncora ou de requalificação e reestruturação de atividades económicas existentes, vocacionadas para a criação de valor, centrada numa partilha de visão estratégica e de racionalização de infraestruturas e serviços comuns;*
c) *Dinamização da renovação económica urbana através do reordenamento, relocalização e revitalização da atividade económica em aglomerados visando a densificação do tecido empresarial, a valorização da base económica e a atratividade territorial.*[15]

Atendendo a estes três eixos, o PROT-OVT estrutura a dinâmica empresarial em:

1. "*Portas logístico-empresariais*" – polos de acolhimento empresarial com predominância de funções de estruturação das atividades logísticas de âmbito regional ou nacional;
2. "*Áreas de Localização Empresarial – Parque de Negócios*" – pólos de acolhimento empresarial em que a acentuação da atividade industrial e dos serviços às empresas prevalece sobre a atividade de estruturação logística.

14 Extraído da RCM 64-A / 2009, publicada em DR n.º 151, Iª Série B, de 06 de agosto
15 Extraído da RCM 64-A / 2009, publicada em DR n.º 151, Iª Série B, de 06 de agosto

Das três "Portas Logístico-Empresariais" definidas no PROT OVT o concelho de Coruche articula-se com a Porta Este da Região de Polarização Metropolitana.

Turismo, Lazer e Cultura

O PROT caracteriza o OVT, na vertente do lazer, como uma região com um forte potencial de procura que garante o desenvolvimento de produtos turísticos diversificados e qualificados [recursos patrimoniais, culturais, naturais e paisagísticos], pelo que, o Turismo e o Lazer do OVT, bem como o Património Cultural e Histórico devem constituir vertentes estratégicas de um desenvolvimento baseado nos recursos regionais e nas identidades territoriais devendo contribuir para a minimização de desequilíbrios internos à Região.

O Esquema do Turismo, Cultura e Lazer do PROT-OVT identifica seis áreas territoriais distintas, baseadas em características e aptidões diferenciadas do território para a função turística: Litoral, Margem direita do Tejo, Margem esquerda do Tejo, Lezíria do Tejo e Vale do Sorraia, Médio Tejo e Parques e Reservas Naturais – ver figura 8.

Identifica igualmente Espaços Turísticos e de Lazer, destinados predominantemente aos usos turísticos e de lazer e, em particular, à concentração e organização do alojamento turístico/residencial e dos equipamentos e serviços de apoio, distinguindo: áreas turísticas emergentes que necessitam de estruturação [T], núcleos de turismo e lazer [NTL], zonas turísticas de interesse [ZTI], parques temáticos e diversas tipologias de espaços turísticos [admitidas de acordo com as normas do PROTOVT], como sejam, núcleos de desenvolvimento turístico [NDT], núcleos de desenvolvimento económico – Turismo e Lazer [NDE-TL], turismo no espaço rural [TER], turismo de natureza [TN] e hotéis isolados [HI].[16]

O concelho de **Coruche** integra-se nas Áreas Territoriais de Ordenamento do Turismo e Lazer da **Margem Esquerda do Tejo** e da **Lezíria do Tejo e do Sorraia**. Na primeira as tipologias de espaços turísticos admitidas em espaço rural são os NDT desde que os mesmos estejam inseridos em Áreas de Vocação Turística [AVT], previamente definidas em sede de PDM e todas as restantes tipologias de espaços turísticos [NDE, TL, TER, TN, TH, HI e PCC]; na segunda área territorial as tipologias de espaços turísticos admitidas são: TN, TER, TH, HI e PCC. Coruche encontra-se identificado ainda como uma Centralidade Urbano – Turística [CUT], de nível III.

16 São referidas as siglas constantes no PROT-OVT.

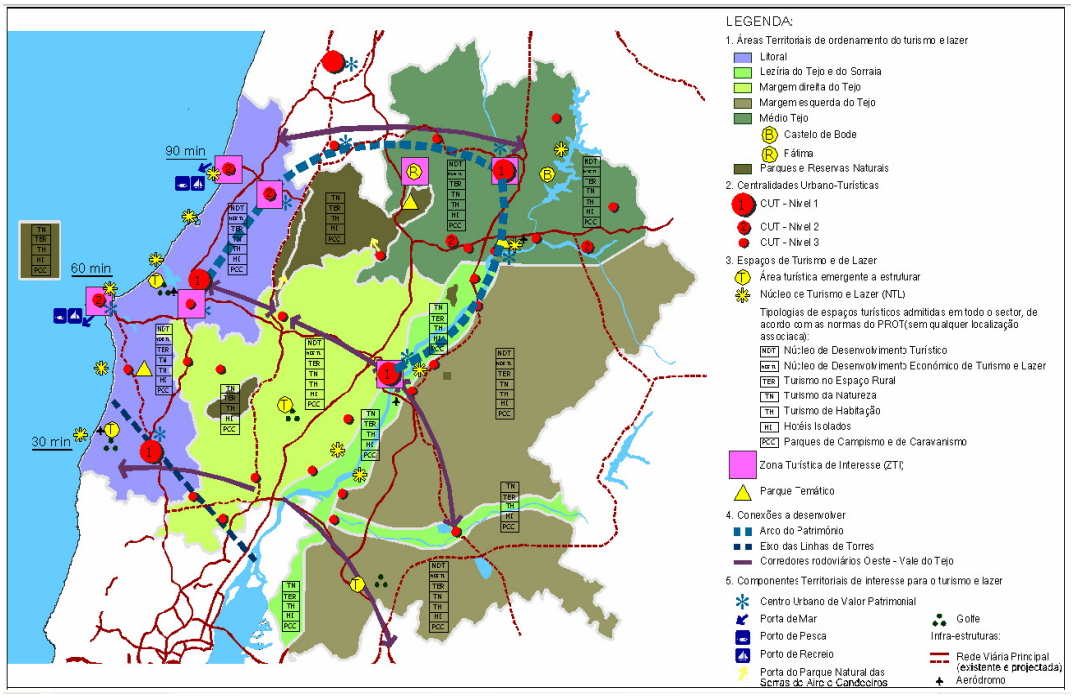


Figura 8 - Turismo, Cultura e Lazer

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

[b] Sistema Ambiental

O sistema ambiental constitui uma das matérias centrais do processo de elaboração do PROTOVT e do seu conteúdo e materializa-se na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental [ERPVA], elemento essencial para a identificação e preservação dos recursos naturais.

A ERPVA tem como objetivos fundamentais, em primeiro lugar, a manutenção e valorização dos principais recursos naturais, espaços agroflorestais e valores paisagísticos regionais, mas também, a articulação com os territórios envolventes de modo a garantir o funcionamento global dos sistemas no território, numa lógica funcional e integradora das atividades.

Em termos conceptuais, a ERPVA é constituída por uma rede hierarquizada de sistemas e subsistemas consubstanciada num conjunto de áreas nucleares e complementares e de corredores ecológicos. Estas áreas e corredores estão organizados em três níveis[17] correspondentes à importância que possuem na estruturação ambiental do território regional. A cada um destes três níveis estão associadas orientações estratégicas e normas orientadoras com diferentes níveis de exigência em termos de ordenamento e gestão do território.

17 Redes Primárias, Secundária e Complementar

ERPVA – Redes Primária e Secundária

A Rede Primária da ERPVA incorpora as principais unidades ecológicas que apresentam elevado valor natural e paisagístico e cujas prioridades de conservação são relevantes à escala europeia e nacional, sendo constituída por Áreas Nucleares Estruturantes [ANE] articuladas entre si através de Corredores Ecológicos Estruturantes [CEE] – ver figura 9.

No concelho de **Coruche** encontra-se afeto à Rede Primária da ERPVA o **a Área de Paisagem Protegida de Âmbito Local dos Açudes de Monte da Barca e Agolada,** integrados no subsistema áreas nucleares estruturantes, por outro lado, o **Corredor do Vale do Sorraia**, integra-se no subsistema corredores ecológicos estruturantes. Este corredor constitui uma faixa de território, associada ao rio com o mesmo nome, ocupado com agricultura de regadio e, simultaneamente, áreas de paisagem única no país e espaços particularmente importantes para a avifauna aquática.

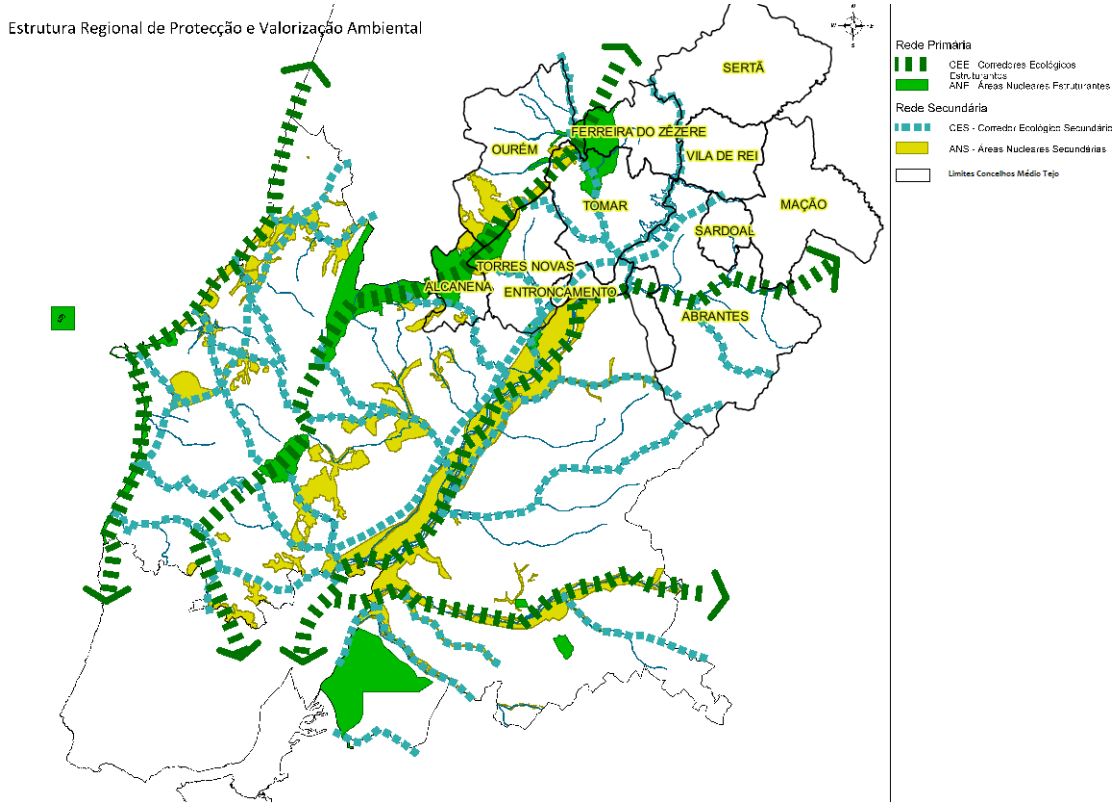


Figura 9 - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
Fonte: Adaptado de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

A Rede Secundária da ERPVA tem como suporte fundamental os valores ecológicos com relevância regional, designadamente associados aos recursos hídricos, às baixas aluvionares e às áreas de elevado valor ecológico com dimensão relevante ao nível regional, não incluídas na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou em sítios da Rede Natura 2000.

Este segundo nível da ERPVA compreende:

1. Áreas Nucleares Secundárias [ANS] – espaços de elevado valor ecológico cujos limites de conservação devem ser objeto de estudo detalhado e posterior classificação ao nível municipal ou intermunicipal;
2. Corredores Ecológicos Secundários [CES] – estrutura que procura estabelecer uma rede que efetue a ligação transversal entre os diferentes sistemas ecológicos regionais. Na maioria dos casos os CES acompanham os cursos de água mais naturalizados e os respetivos vales aluvionares, assim como, eixos de continuidade de vegetação natural e seminatural.

O concelho de Coruche é atravessado pela área nuclear secundária associada ao rio Sorraia – ver figura 9.

ERPVA – Rede Complementar

A Rede Complementar resulta da existência de um conjunto significativo de valores naturais associados à atividade agrícola e florestal e a paisagens humanizadas com elevado valor paisagístico.

Coruche encontra-se quase na sua totalidade numa Área Ecológica Complementar associada ao **Montado**, bem como à **Paisagem Notável do Vale do Sorraia** – ver figura 10.

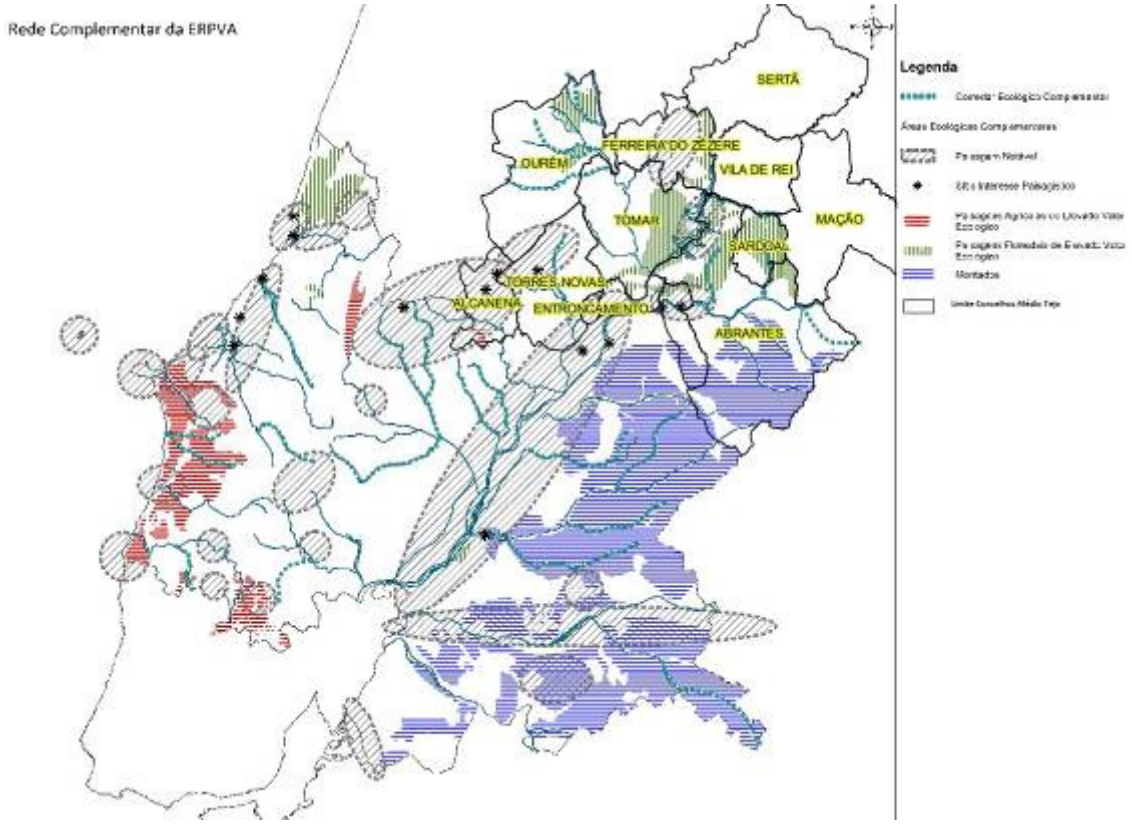


Figura 10 - Rede Complementar da ERPVA

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

[c] Sistema de Mobilidade

A rede ferroviária e rodoviária estruturante do OVT estabeleceu-se numa lógica de articulação com Lisboa, de atravessamento N-S. Contudo, foram-se afirmando importantes elos complementares de atravessamento W-E, pelo que, o sistema rodoviário do OVT estrutura-se através de uma malha longitudinal e transversal com um elevado grau de conectividade. O modelo territorial contempla cinco corredores radiais [IC1, IC2, IP1, IC3 e IC13] e três corredores circulares [IC11, IP6/IC10, IC9], para além do troço Norte do IP6 que se articula com o IP1 e estabelece a ligação ao IP2. O concelho de Coruche não é atravessado por qualquer itinerário complementar, apesar de apresentar uma relação de proximidade com importantes vias de carácter regional [A10 e A13].

No que concerne às *infraestruturas ferroviárias*, o Oeste e Vale do Tejo abrange três corredores norte / sul e três corredores transversais, mas ligados só a um dos eixos norte / sul – a Linha do Norte. O concelho de **Coruche** é atravessado pela linha, de via única, de **Setil - Vendas Novas**, que inclui 5 estações e 1 apeadeiro.

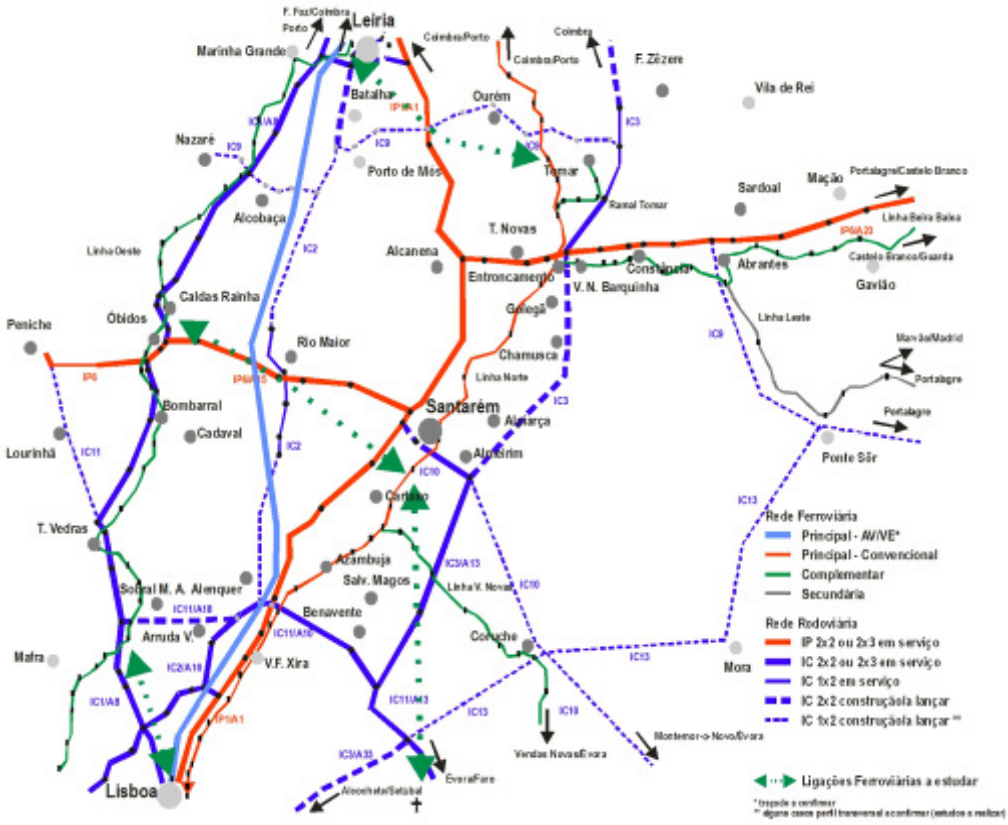


Figura 11 - Redes Rodo e Ferroviária atuais e previstas

Fonte: Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

6. Equipamentos de Utilização Coletiva

A caraterização dos equipamentos de utilização coletiva do município de Coruche tem como base a informação fornecida nos estudos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Coruche, designadamente o "Diagnóstico Social do concelho de Coruche" [2004], a "Carta de Equipamentos Sociais" [2010] e a "Carta Educativa" [2015].

[a] Resposta Social

Os equipamentos de Solidariedade e Ação Social existentes no concelho centram-se em cinco grandes tipos morfológicos, o de apoio à população idosa, o apoio à infância, o apoio a pessoas em situação de dependência e em menor número as respostas à população portadora de deficiência e à família e comunidade. Estas respostas apoiam-se, sobretudo, em associações/instituições da rede solidária e na rede particular.

No município de Coruche funcionam **catorze equipamentos** no campo das respostas sociais, sendo que treze constituem Instituições Particulares de Solidariedade Social, as quais garantem uma maior proximidade dos serviços à população e proporcionam um leque diversificado de respostas com Acordos de Cooperação celebrados com o Instituto de Segurança Social I.P., Centro Distrital de Coimbra. Existe, ainda, uma entidade que funciona com fins lucrativos.

No que diz respeito ao número de respostas sociais, constata-se que são os idosos que reúnem o maior número, refletindo a realidade concelhia no que diz respeito ao envelhecimento da população, contabilizando 7 Centros de Dia, 7 Serviços de Apoio Domiciliário, 3 Lares de Idosos / Estrutura de Apoio Domiciliário.

Quanto à análise do padrão territorial de distribuição dos equipamentos sociais salienta-se a importância da freguesia sede do concelho. Com efeito, é nesta freguesia que se localiza um maior número de equipamentos [mais de metade], bem como se verifica a totalidade dos cinco domínios existentes no concelho.

Quadro 14 - Equipamentos de apoio social no município de Coruche

IPSS	N.º de Utentes (*setembro 2020*)			
	VALÊNCIAS SOCIAIS			
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	**Centro de dia**	**Lar /ERPI (Estrutura Residencial para Idosos)**	**Cantinas Sociais**
Associação de Solidariedade Social de São José da Lamarosa	23	23 (esta resposta não está a funcionar atualmente dada a pandemia)	45	-----
Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª Conceição da Branca	15	10	Não tem	-----
Associação de Solidariedade Cultural e Recreativa Biscainhense	15	11	Não tem	10 refeições diárias
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Couço	17 (9 extra acordo)	20 (valência de centro de convívio, 10 a frequentar atualmente)	Não tem	------
Lar de Santo António Couço	15	1 (esta resposta não está a funcionar atualmente dada a pandemia)	27	-----
Associação de Solidariedade Social da Fajarda	49	22 (7 utentes e 15 SAD)	Não tem	6 refeições diárias
Santa Casa da Misericórdia de Coruche	75	29 (esta resposta não está a funcionar atualmente dada a pandemia) (22 utentes em apoio no domicilio, os restantes utentes não querem apoio)	80	-------
Nota: existem utentes de Centro de Dia que não voltaram à instituição, mas que continuam a beneficiar de apoio na vertente de apoio domiciliário				

Fonte: CM de Coruche, 2020

[b] Educação

A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar da ação educativa das famílias, com as quais estabelece estreita cooperação, sendo de cariz facultativo no reconhecimento de que à família cabe um papel preponderante no processo da educação antes do ingresso na escolaridade obrigatória. No município de Coruche, existem 7 estabelecimentos onde é ministrada a educação pré-escolar, 3 dos quais pertencentes à rede pública e 4 integrados numa Instituição Particular de Solidariedade Social [IPSS].

O agrupamento de escolas de Coruche concentra os estabelecimentos de ensino público concelhios que permite ter uma oferta educativa que cobre os diferentes níveis de ensino que totalizam 2 escolas da educação pré-escolar, 4 escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, 2 centros escolares com jardim de infância e 1º ciclo, 1 escola básica integrada no Couço com 2º e 3º ciclos, 1 escola que ministra o 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, 1 escola secundário com 3º ciclo, existindo no total 1.745 alunos, no ano letivo 2019/2020. A população escolar com maior representatividade do número total de alunos do município é o 2º e 3º CEB [42,2%], seguido do 1º CEB [29,8%] e do ensino secundário [17,4%].

Em termos de rede social e autárquica, existem 4 estabelecimentos, localizados na UF de Coruche, Fajarda e Erra [3 dos quais estão localizados na vila de Coruche] e ainda a Escola Profissional de Coruche, da rede particular.

Quadro 15 - Tipologia de estabelecimentos de ensino no concelho de Coruche

Freguesia	Rede Pública							Rede Solidária e Autárquica	
	JI	EB1	EB1/JI	EBI/JI	EB2/3	ES/3	Ensino Superior	Creche/JI	Esc. Profissional
Coruche, Fajarda e Erra	1 Erra	3 Erra, Azervadinha e Rebocho	2 Coruche e Fajarda		1 Coruche	1 Coruche	1 Coruche (Universidade Aberta - CLA UAB)	4 Creche Quinta do Lago, Creche da Azervadinha, Lar de São José e Ninho das Corujinhas	1 Coruche
Biscainho	1	1							
Branca			1						
Couço				1				1 Centro Materno Infantil do Couço	
Santana do Mato			1						
São José da Lamarosa			1						
TOTAL	**2**	**4**	**5**	**1**	**1**	**1**	**1**	**5**	**1**

Fonte: Câmara Municipal de Coruche, 2020

Em termos de distribuição territorial dos estabelecimentos, destaca-se a vila de Coruche e sede de concelho, onde são ministrados todos os níveis de ensino [incluindo o ensino secundário e profissional], seguindo-se o núcleo de Couço, uma vez que neste aglomerado, também são ministrados os 2º e 3º ciclos do ensino básico.

A distribuição dos equipamentos escolares considera-se **racional e estrategicamente localizada**, tendo em conta a população a servir do concelho de Coruche.

[c] Saúde

Relativamente ao setor da saúde, o município de Coruche é servido pelo Centro de Saúde de Coruche, pertencente ao Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria [ACES Lezíria], cuja sede é em Santarém.

A rede de serviços de saúde primários, é assim, constituída pelo Centro de Saúde, sendo que a população tem ao seu dispor 3 Extensões de Saúde. A oferta de serviços de saúde é

complementada por 4 farmácias [2 situadas na sede do concelho, uma na freguesia do Couço e uma na freguesia do Biscainho]. O hospital de referência para o município é o Hospital Distrital de Santarém.

[d] Desporto

A prática de atividades físicas e desportivas é, atualmente, uma área de indiscutível importância na qualidade de vida da população que se pretende ativa e dinâmica. Dada a variedade de tipologias de equipamentos desportivos, usualmente, estes encontram-se agrupados em equipamentos especiais e equipamentos básicos. Para efeitos do presente relatório apenas se referem os equipamentos fundamentais da rede, neste caso, os equipamentos básicos, que se encontram classificados como equipamentos formativos/normativos [formação e recreação], que se caraterizam como *"equipamentos fundamentais da rede, servindo para atividades organizadas por grupos enquadrados quer em treino, quer em competição de nível local"*[18], e equipamentos recreativos.

Desta forma, os equipamentos normalizados incluem os Grandes Campos de Jogos, as Pistas de Atletismo, os Pequenos Campos de Jogos, os Pavilhões e as Piscinas. Por sua vez, os equipamentos recreativos estão vocacionados para atividades não codificadas segundo regras de jogo, estando direcionados para a atividade espontânea.

O quadro seguinte sistematiza os equipamentos desportivos existentes no concelho de Coruche, dividindo-os por tipologias. Outras instalações desportivas que, por que se encontrem afetas ou integradas em equipamento escolares, não podem ser consideradas no âmbito da programação de equipamentos desportivos.

Quadro 16 - Equipamentos desportivos no concelho de Coruche

Freguesias		Campo de futebol	Polidesportivo Ar livre	Piscinas / Tanque aprendizagem	Pavilhões gimnodesportivos	Campo de tiro	Total
Biscainho			1			1	2
Branca		1					1
Coruche	UF	5	3	1	1		10
Erra		1	1				2
Fajarda		1	1				2
Couço		1	1				2
Lamarosa		1	1				2
Santana do Mato		2	1				3
Total		**12**	**9**	**1**	**1**	**1**	**24**

Fonte: CM de Coruche, 2018

18 Fonte: DGOTDU, 2002 – Normas para a programação e caracterização dos equipamentos coletivos

Uma análise dos equipamentos desportivos existentes no concelho permite concluir que, em termos numéricos, os mais representativos são os campos de futebol, sendo também esta tipologia de equipamentos que, consequentemente, apresenta uma maior distribuição espacial pelo território municipal. Espacialmente, verifica-se uma maior concentração dos equipamentos na UF de Coruche, Fajarda e Erra, facto que resulta essencialmente da maior concentração populacional e obviamente do fato de se tratar da sede concelho.

[e] Equipamentos de Segurança Pública

No município de Coruche existem três tipos de entidades na área da Segurança Pública, os Bombeiros Municipais de Coruche e os Sapadores Florestais, que se enquadram na tipologia de proteção civil e a Guarda Nacional Republicana, na tipologia da segurança.

A ocupação dominante no município de Coruche é a florestal, com cerca de 80% da superfície total. Nestas áreas predominam os povoamentos de montado de sobro e azinho que representam 60% do total. Dada a mancha florestal presente no território foi fundamental a inclusão de cento e dez pontos de água na Rede de Defesa Florestal Contra Incêndios.

Acresce o facto do território de Coruche estar coberto por seis postos de vigia, não obstante três não pertencerem ao território concelhio, situando nos concelhos de Ponte de Sôr e Benavente. No concelho de Coruche localizam-se o posto de vigia: 52-03 [freguesia da Branca] e os postos de vigia 52-01 e 52-02 [UF de Coruche, Fajarda e Erra].

[f] Equipamentos Culturais e Associações

Enquanto equipamentos relacionados com a tipologia cultural o município dispõe do Museu Municipal, localizado no Centro Histórico da vila, estrutura que fomenta a preservação e valorização da memória coletiva das comunidades fazendo uma abordagem à história local bem como à riqueza cultural da região. No município existe a Biblioteca Municipal e o Espaço Internet. Ainda na área cultural, destacam-se a Oficina d`Artes de Coruche - ODAC e a Associação Cultural de Coruche - Conta Cenas, Associação de Defesa do Património.

Estes equipamentos localizam-se, predominantemente, na sede de Concelho. Este facto, evidencia a tentativa de aumentar a centralidade dos equipamentos, a par da tendência centrípeta, presente no concelho.

O movimento associativo pela diversidade das atividades que desenvolve, pela sua expressividade e projetos concretizados constitui um pilar fundamental no desenvolvimento do concelho, contribuindo para a preservação da herança cultural e patrimonial representando ainda o garante de uma progressiva democratização da cultura, promovendo junto da população um sentimento de pertença a um território com matriz marcadamente cultural e identitária.

O concelho de Coruche possui uma grande riqueza e diversidade patrimonial, a qual se prende sobretudo com as tradições e a cultura oral que caraterizam os modos de vida rural. Com efeito, ao nível do associativismo com elevada qualidade de intervenção na expressão sociocultural, o concelho tem em todas as freguesias um Rancho Folclórico. Estes grupos procuram com maior ou menor grau de perfeição preservar o folclore local, recolhendo e divulgando os trajes, o cancioneiro e as danças locais. Dos 7 grupos de folclore existentes 4 são federados. No âmbito do ensino e da execução musical, a Banda Filarmónica de Coruche tem vindo a desenvolver um importante papel no sentido pedagógico ao promover o ensino e a prática musical junto da população do concelho e ao promover a ocupação de tempos livres.

Para além dos espaços físicos onde podem ocorrer acontecimentos de caráter cultural, importa, ainda, conhecer os movimentos associativos, desportivos e recreativos que trazem visitantes e animam o município e todas as formas de dinamização atualmente existentes e que podem servir como veículo de marketing concelhio. É de referir que todas as freguesias contam com

associações, coletividades e grupos culturais ou recreativos. A UF de Coruche, Fajarda e Erra destaca-se como a que possuiu o maior número de associações/coletividades. Funcionam no concelho, 35 coletividades com atividade regular e 3 ginásios particulares.

Quadro 17 - Associações desportivas

Organizações desportivas	Aglomerado	Atividade
Juventude União Figueirense	Branca	Futebol Inatel
Associação Desportiva Fazendas da Arriça		Futebol Inatel
Atlético Clube do Biscainho	Biscainho	Futebol Inatel
Ginásio Clube de Coruche "Os Corujas"	Coruche	Hóquei – Patinagem Artística
Associação Karaté Amikale		Karaté
Centro Social de Cultura e Desporto de Montinhos dos Pegos		Futebol Inatel / BTT
Craks do Pedal		BTT
Moto Clube Sacho		Todo Terreno
Grupo Desportivo do Rebocho		Futebol Inatel
Grupo Desportivo da Malhada Alta		Futebol Inatel
Grupo Desportivo "O Coruchense"		Futebol 11 e Futebol 7
Búzios ANS de Coruche		Natação / Canoagem / Pólo / Hidroginástica
Unidos do Sorraia da Azervadinha		Futebol Inatel
Clube de Motocross e Todo-o-Terreno do Rebocho		Motocross
Coruche Pesca Desportiva		Pesca Desportiva
Grupo Columbófilo Vontade		Columbofilia
CAD – Clube Associativo e Desportivo de Coruche		Futebol
Sociedade Recreativa do Bairro da Areia		Columbofilia
Judo Clube de Coruche		Judo
Gynasium		
Health Club		
Pepa Gym		
Clube Associativo e Desportivo de Coruche		
Associação de Defesa do Património		
Centro Popular dos Trabalhadores de Foros de Lagoiços	Couço	Futebol Inatel
Grupo Columbófilo do Couço		Columbofilia
União Desportiva do Sorraia		Pesca Desportiva
Associação Grupo Desportivo "O Errense"	Erra	Futebol Inatel
Moto Clube Sacho		Todo Terreno
ARC Desportiva Fajardense	Fajarda	Futebol Inatel
ACD da Azerveira	S. José da Lamarosa	Defesa Pessoal
Texas Republic Lamarosa		Futebol Inatel
Associação 3A`S da Azerveira		Trail
COAC		Orientação
Strix Bike Team		BTT / Trail
Grupo Desportivo dos Carapuções	Santana do Mato	Futebol Inatel
Sporting Clube Santanense		Futebol Inatel

Fonte: CM de Coruche, 2018

As feiras, festas e romarias existentes no concelho são importantes polos dinamizadores em termos da comunidade em geral. Estas captam um elevado número de visitantes, entre os quais estão os emigrantes e os migrantes que fazem questão de voltar à terra Natal pelo menos uma vez por ano, escolhendo para o efeito a data da festa local, sendo que na altura do verão muitos dos locais veem a sua população triplicar. De realçar, enquanto manifestações importantes no

município, em termos de animação sócio cultural, as Festas em honra da Nossa Senhora do Castelo [agosto], Festas em honra de Nossa Senhora do Vale - Erra [julho], Festas em honra de São José da Lamarosa [setembro], Festival de Folclore do Rancho Folclórico Os Arrozeiros do Sorraia [agosto] e a Semana da Arte, Cultura e Desporto do Couço [julho].

No território municipal existe, ainda, o Mercado Municipal e o recinto da Feira [com periodicidade mensal], localizados na vila de Coruche.

O movimento associativo pela diversidade das atividades que desenvolve, pela sua expressividade e projetos concretizados constitui um pilar fundamental no desenvolvimento do concelho, contribuindo para a preservação da herança cultural e patrimonial, promovendo junto da população um sentimento de pertença a um território com matriz marcadamente cultural e identitária.

7. Património

O município de Coruche envolve em si um conjunto de interesses, dadas as suas características naturais e históricas, possui um vasto património cultural e é detentor de vários equipamentos onde são expressas formas de arte e manifestações de cultura.

No contexto do património cultural destaca-se, pelo seu valor histórico e artístico, o património construído; núcleos arqueológicos de épocas diversas, vestígios, edifícios tradicionais, conjuntos e até o modo de implantação e a estrutura orgânica de certos aglomerados.

Algumas áreas urbanas assumem significado particular pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social. É o caso do Centro Histórico de Coruche, dos núcleos de Erra, do Couço, São José da Lamarosa, Santa Justa e São Torcato, com destaque para o Centro Histórico de Coruche pela dimensão, elevado grau de estabilidade e homogeneidade.

O município é, ainda, detentor de um património arqueológico considerável que importa preservar.

No concelho de Coruche, os três bens imóveis que mereceram até à presente data a distinção da classificação pelo Ministério da Cultura localizam-se na UF de Coruche, Fajarda e Erra. Um deles localiza-se no centro histórico de Coruche - Casa dos Cota Falcões, sinal de distinção único do processo de evolução ao nível do povoamento humano, e a Ponte da Coroa nas proximidades deste.

[a] Imóvel de Interesse Público[19]

CASA DOS COTA FALCÕES [incluindo os páteos e toda a área construída]

Bem imóvel [que inclui para além do edifício principal, os páteos e toda a zona construída] classificado pelo Ministério da Cultura como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 67/97, publicado no Diário da República n.º 301, de 31 de dezembro de 1997.

Implantada na malha urbana do centro histórico de Coruche, a Casa dos Cota Falcões, edificada entre os séculos XVII e XX, confronta a Rua da Misericórdia, a Rua de São Francisco e a Rua do Lagar. Trata-se de um exemplar de arquitectura civil que serviu em tempos como solar urbano e é sem dúvida o maior edifício solarengo da vila, apesar de não mostrar na fachada principal nada que o identifique como tal, repartindo essa característica pelas duas fachadas laterais, com portões de acesso ao pátio de onde parte a escada de acesso ao piso nobre.

O edifício de planta longitudinal e constituído por dois blocos retangulares adossados, apresenta a fachada principal voltada para a Rua da Misericórdia e a posterior voltada para o pátio interior. O rés-do-chão da Casa dos Cota Falcões, era inicialmente, reservado a serviços e armazenagem de produtos, enquanto o piso superior se destinava a residência dos proprietários.

De ocupação residencial – solar, até 1911 quando passou a ser quartel da GNR até 1960, ano em voltou à utilização original até aos dias de hoje.

[b] Imóvel de Interesse Municipal[20]

Classificada como Imóvel de Interesse Municipal pelo Decreto n.º 8/83, publicado em Diário da República n.º 19, de 24 de janeiro, a Ponte da Coroa, encontra-se num estado de abandono geral apesar de ter sido objecto de projecto de recuperação na segunda metade da década de 90. Construída na Estrada das Ameias, junto à EN114, na proximidade da vila de Coruche, esta ponte singulariza-se pela forma dos talhamares. Construída em tijolo, ela testemunha a passagem de um antigo caminho, sobre o Pego das Armas, de que subsistiam, ainda não há

19 Informações retiradas do site do DGPC
20 Informações retiradas do site do DGPC

muito tempo, outras duas pontes que transpunham braços mortos do rio, decorrentes do refluxo das cheias que marcam toda a vida do Concelho.

[c] Conjunto de Interesse Municipal[21]

O Núcleo Edificado da Agolada de Cima foi classificado como Conjunto de Interesse Municipal pelo Anúncio n.º 51/2015, publicado em Diário da República n.º 56, de 20 de março, localiza-se a Norte da vila de Coruche, próximo da Estrada Nacional nº 114, integrando-se numa herdade com o mesmo nome. Este conjunto integra a casa de habitação dos proprietários, alguns dos edifícios onde moravam os trabalhadores, a igreja, a cavalariça, a adega entre outros imóveis de apoio à atividade agrícola e florestal da herdade.

Correspondendo a uma das maiores propriedades ribatejanas, o Monte da Agolada possuía, antes de 1961, altura em que foi dividido em duas parcelas, a uma herdade de 5.500 hectares. Em 1908 a propriedade sofreu uma grande alteração ao se iniciar nos seus terrenos a plantação de eucaliptos, espécie que se destinava, sobretudo, à produção de papel e de óleo. Apesar disso, e tendo em conta a dimensão do terreno, na propriedade era também extraída cortiça, fabricado carvão, para além da produção de gado.

Tratando-se de uma propriedade de tão grandes dimensões era necessária a participação de muitos trabalhadores que aqui se fixavam com as suas famílias [número que chegou a atingir as 1500 pessoas]. Tratava-se de uma comunidade bastante autónoma existindo na herdade vários estabelecimentos como uma escola destinada aos filhos dos trabalhadores, uma loja denominada "Loja do Monte" onde eram feitas compras de diversos produtos, para além de uma capela onde, aos domingos, se celebrava missa. A estrutura hierárquica era rígida figurando à cabeça o proprietário, logo seguido do feitor e do capataz. Nos meses de julho e agosto os filhos dos trabalhadores eram colocados em colónias de férias situadas na Nazaré e em São Martinho do Porto. Atualmente a herdade, para além de manter a sua atividade ligada a agricultura e pecuária, é utilizada como estabelecimento hoteleiro, sobretudo vocacionado para a caça turística.

21 Informações retiradas do site do DGPC

[d] Monumento de Interesse Público[22]

A Igreja da Misericórdia de Coruche foi classificada como Monumento de Interesse Público pela Portaria n.º 310/2020 de 26 de Março de 2020, incluindo sacristia, a Casa do Despacho, o adro e o património móvel integrado

A Igreja da Misericórdia de Coruche, situada no centro da vila, faz parte de um conjunto arquitetónico constituído pelo templo, de estrutura maneirista, com fachada, sistema de cobertura e decoração interior setecentistas, pelo adro, pela Casa do Despacho e pelo hospital anexo, este último não incluído na classificação.

Na fachada destacam-se os três portais retos, os laterais com remate triangular e o central, de maior vão, com remate em segmento de arco, sobrepujados por janelas retangulares com frontões semelhantes. O vestíbulo do templo corresponde ao alpendre da construção original, ainda hoje ligado à nave através de três robustas arcadas. O segundo registo da frontaria respeita às salas da Casa do Despacho, e o terceiro está desligado da nave, e avançado em relação a esta. O adro é definido pela fachada da igreja e pelo corpo perpendicular do hospital, que dá acesso às salas da Irmandade através de uma porta térrea e de uma loggia de arcada dupla no piso superior. A fachada lateral direita, por onde se fazia a entrada principal antes das obras setecentistas, conserva ainda os vãos entaipados do antigo portal e de um janelão.

No interior, o espaço central da nave única é separado dos corredores laterais por uma teia em madeira apainelada, encimada por confessionários do lado esquerdo. Do lado direito da nave, ocupando os terceiro e quarto tramos, estende-se o cadeiral dos mesários, numa formulação típica do século XVIII, constituído por tribuna em madeira sobre mísulas no pavimento, e integrando o trono do Provedor. O espaço é coberto por abóbada de penetrações revestida por pinturas em trompe-l'-oeil que se estende ao coro alto, onde um arco redondo de tipologia maneirista abre a capela de Nossa Senhora da Piedade, com o grupo escultórico do Calvário, encimado por tribuna com balcão contracurvado em madeira destinado aos doentes do hospital anexo. De acordo com o modelo tridentino preconizado para as Misericórdias, o altar-mor participa do espaço unitário da nave, destacando-se simplesmente pela situação sobrelevada, entre dois altares colaterais, sendo o conjunto ainda de estrutura arquitetónica maneirista, embora, o retábulo-mor e os colaterais sejam rococós.

22 Informações retiradas do site do DGPC

Pelas paredes da nave distribui-se uma série de pinturas murais completadas por três pinturas sobre tela no paramento do altar-mor, representando um ciclo da Vida e Paixão da Virgem com quadros comuns com os passos da Paixão de Cristo. Esta temática inclui a Virgem da Misericórdia e a Deposição de Cristo da bandeira da confraria, exibida no coro alto, onde se guarda ainda um magnífico órgão de tubos oitocentista assinado pelo organeiro António Xavier Machado Cerveira, filho de Manuel Machado, autor do órgão do Mosteiro dos Jerónimos, e irmão do escultor Joaquim Machado de Castro. O coro alto funciona também como balcão ou tribuna da Irmandade, dando acesso à Casa do Despacho.História.

A data mais recuada que se conhece para a fundação da Irmandade da Misericórdia de Coruche é o ano de 1550, sendo que em 1580 a confraria de Nossa Senhora da Conceição celebrava um contrato com o mestre pedreiro João Lopes para a construção de igreja e casa própria, inauguradas em 1584. Na segunda metade do século XVIII teve início uma campanha de obras destinada a atualizar o edifício, da qual resultou a reconstrução da fachada tardo-quinhentista e uma profunda alteração do interior, que conservou, em termos genéricos, a primitiva estrutura maneirista, mas cujo abobadamento e ornamentação pertencem já ao estilo Rococó.

A Igreja da Misericórdia de Coruche apresenta-se assim como mais um exemplar típico dos templos erguidos pelas Misericórdias em todo o país, com nave única e contínua com a capela-mor, retábulos triplos, simplicidade formal, Casa do Despacho e sacristia com entrada independente, tribunas para mesários e hospício anexo.

[e] Património não classificado[23]

Para além dos imóveis classificados, o PDM vigente[24], identifica ainda um conjunto de imóveis, a integrar o Inventário do Património Construído Urbano, que está a ser desenvolvido pelo Museu Municipal de Coruche no âmbito da Carta de Património[25].

Todos os imóveis assinalados, reconhecem-se pelo menos um dos seguintes valores:

a) O interesse como **testemunho simbólico ou religioso**;
b) O interesse como **testemunho notável de vivências ou factos históricos**;
c) O **valor estético, técnico** ou material intrínseco;
d) A **conceção arquitetónica, urbanística ou paisagística;**
e) A reflexão no bem de uma **memória coletiva**.

Assim, os imóveis identificados como sendo detentores de valor patrimonial são os seguidamente identificados:

Igrejas	Igreja de Santa Ana Igreja de Santa Justa Igreja de Santa Luzia Igreja da Erra
Capela	Capela do Monte da Barca
Torre	Torre do Cemitério da Erra
Aqueduto	Aqueduto do Monte da Barca
Azenhas/ Moinhos	Azenha do Pé da Erra Azenha de Carregais Azenha do Pinheiro Moinhos da Erra
Fontes	Fonte da Sesmaria Nova Fonte do Cortiço Fonte dos Frades
Solares	Solar da Palhota Solar do Monte da Barca
Montes	Monte dos Carregais Monte da Catarroeira Monte Velho Monte da Amieira Monte das Gamas Monte da Quinta Grande Monte da Azervada Monte da Agolada Monte da Aldeia Velha Monte do Chapelarinho Monte da Fajarda Monte das Figueiras Monte dos Pinçais

23 Inventário do património urbano
24 Relatório do PDM vigente
25 elaborada no âmbito do Programa Operacional da Cultura

Monte do Peso
Monte dos Pocilgais
Monte do Coronheiro
Monte de Vale Covo

[d] Sítios Arqueológicos[26]

O património arqueológico é o legado patrimonial mais antigo em todos os territórios. No Município de Coruche a lista de sítios arqueológicos que atestam a presença de povos pré-históricos é constituída por **sessenta e nove sítios arqueológicos**.

Os mais antigos vestígios da presença do Homem no território de Coruche, remontam ao Paleolítico, e estão associados às sociedades de caçadores e recolectores do Plistocénico [Paleolítico], que acamparam nas margens do Sorraia, entre há cerca de 500 000 e 100 000 anos atrás. Assim, o Vale do Sorraia é testemunho, pelos objectos recolhidos, do deambular, ao longo de centenas de milhares de anos, da presença e ocupação do Homem, o qual foi deixando testemunhos da sua passagem por este território que é hoje o concelho de Coruche

Apresenta-se de seguida a lista dos sítios arqueológicos constantes da base de dados da Direção-Geral do Património Cultural.

Quadro 18 - Inventário do património arqueológico do município de Coruche

Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
Barrando do Farinheiro	34279	Povoado	Calcolítico	UF de Coruche, Fajarda e Erra
Cabeço do Pé da Erra	37	Povoado	Calcolítico e Idade do Ferro - 2º	
Casas Novas	33235	Povoado	Neolítico e Idade do Bronze	
Coruche	4270	Lage Sepulcral	Romano	
Coruche - Largo de São Pedro	19089	Necrópole	Moderno	
Forno de Cerâmica do Monte da Barca	34492	Forno	Contemporâneo	
Herdade do Escatelar	4558	Achado(s) Isolado(s)	Idade do Ferro	
Horta do Arcos	36150	Villa	Romano (Romano/Império)	
Monte da Barca	34493	Jazida	Calcolítico	
Monte da Barca 6	35116	Habitat	Neocalcolítico e Idade do Ferro (?)	
Monte dos Lacraus	35259	Povoado	-	
Nossa Senhora do Castelo	28203	Habitat	Romano e Medieval Islâmico	
Ponte da Coroa	320	Ponte	Medieval Cristão	
Quinta Grande	5128	Achado(s) Isolado(s)	Romano	
Santa Luzia	36149	Villa	Romano	
Zona Industrial do Monte da Barca	34494	Mancha de Ocupação	Indeterminado (Pré-história)	

26 Informações retiradas do site do DGPC

Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
Anta 1 da Herdade da Água Doce / Anta de Vale Beiró	17170	Anta	Neolítico e Calcolítico	Couço
Anta 1 da Herdade do Azinhal	17173	Anta	Neolítico e Calcolítico	
Anta 1 do Azinhalinho Novo	17176	Anta	Neolítico e Calcolítico	
Anta 2 da Herdade da Água Doce / Anta Grande do Caminho da Fanica	17171	Anta	Neolítico e Calcolítico	
Anta 2 da Herdade da Água Doce / Anta Pequena do Caminho da Fanica	17172	Anta	Neolítico e Calcolítico	
Anta 3 da Herdade do Azinhal	17174	Anta	Neolítico (c. 4600 e c. 4120 a.C.) e Calcolítico	
Anta 3 do Azinhalinho Novo	19021	Anta	Neocalcolítico	
Anta 4 do Azinhalinho Novo	26741	Anta	Neocalcolítico	
Anta Norte de Vale de Gato	2965	Anta	Neocalcolítico	
Anta Sul de Vale de Gato	19020	Anta	Neocalcolítico	
Anta Vale de Carros	26755	Anta	Neocalcolítico	
Anta a Oeste da Estrada de Montemor	26748	Anta	Neocalcolítico	
Anta da Barradinha	26750	Anta	Neocalcolítico	
Anta das Várzeas	26759	Anta	-	
Anta do Cabeço da Gorda	26756	Anta	Neocalcolítico	
Anta do Chapelar	26735	Anta	Neocalcolítico	
Anta do Espanhol	17178	Anta	Neocalcolítico	
Anta do Monte do Peso	19022	Anta	Neocalcolítico	
Anta do Outeiro Alto	11843	Anta	Neocalcolítico	
Anta do Peso 2	26753	Anta	Neocalcolítico	
Anta do Tanque Velho	26751	Anta	Neocalcolítico	
Antela do Outeiro Alto	11764	Anta	Neocalcolítico	
Azinhalinho Velho	26742	Anta	Neocalcolítico	
Açorda 1	17740	Povoado	Idade do Bronze - Final e Idade do Ferro	
Açorda 2	26293	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado (Pré-história)	
Bertiandos 1	2857	Anta	Neocalcolítico	
Bertiandos 2	2858	Anta	Neocalcolítico	
Bertiandos 3	2859	Anta	Neocalcolítico	
Bertiandos 4	2860	Anta	Neocalcolítico	
Bertiandos 5	24221	Anta	Neocalcolítico	
Bertiandos 6	26737	Anta	Neocalcolítico	
Cadoiços 1	17752	Vestígios Diversos	Idade Média e Moderno	
Cista do Azinhalinho	17175	Cista	Neolítico e Calcolítico	
Cista do Outeiro Alto	11712	Cista	Neolítico e Calcolítico	
Curral da Mosca	26739	Anta	Neocalcolítico	
Entre Águas	35728	Povoado	-	
Fanica	3248	Anta	Neocalcolítico	

Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
Guarita 3	26758	Anta	Neocalcolítico	
Guarita 4	26757	Anta	Neocalcolítico	
Menir de Bertiandos / Martenianos	26717	Menir	Neocalcolítico	
Menir do Azinhalinho Novo	19051	Menir	Neocalcolítico	
Menir do Chapelar 2	26802	Menir	-	
Mouchão das Azinheiras	26745	Anta	Neocalcolítico	
Mouchão das Azinheiras 2 / Azinhalinho Novo 2	17177	Anta	Neocalcolítico	
Roça dos Linhares	26736	Anta	Neocalcolítico	
Santa Justa do Couço	5190	Inscrição	Romano	
Vale Cordeiro 1	26747	Anta	Neocalcolítico	
Vale Cordeiro 2	26746	Anta	Neocalcolítico	
Vale do Pereiro	26760	Anta	Neocalcolítico	
Águas Belas 1	26304	Achado(s) Isolado(s)	Romano	
Cabeçinhas	13668	Achado(s) Isolado(s)	Romano	São José da Lamarosa

Fonte: DGPC

8. Infraestruturas

[a] Rede de Abastecimento de Água e Rede de Saneamento

As infraestruturas são determinantes na forma como o espaço é ocupado e utilizado. Além disso, são um fator sem o qual dificilmente se conseguirão alcançar quaisquer objetivos de desenvolvimento impulsionado por uma componente territorial.

O abastecimento suficiente de água potável em qualquer região é um ponto prioritário e fundamental. Compete às Entidades responsáveis [Câmaras Municipais], assegurar a existência deste abastecimento em locais de fácil acesso. O sistema de distribuição tem origem a seguir à captação, caso não exista Estação de Tratamento de Água [ETA], e termina no início da canalização dos consumidores ou nas torneiras de fontenários públicos.

O município de Coruche possui uma rede de abastecimento muito vasta, envolvendo as seis freguesias que existem atualmente, após a última reforma administrativa do território, sendo que o sistema está a cargo da empresa Águas do Ribatejo, juntamente com os municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

Sendo o concelho com maior área da Lezíria do Tejo e com aglomerados populacionais muito dispersos, origina a existência de muitos sistemas de abastecimento. A água que abastece a população do município é, na sua maioria, de origem subterrânea. Com efeito, em termos de infraestruturas, regista-se a existência de 37 furos, 37 estações elevatórias e 23 reservatórios municipais. Atualmente 99% da população do município de Coruche encontra-se servida pela rede de abastecimento de água.

[b] Rede de saneamento básico

As Águas Residuais resultantes da alteração das caraterísticas físicas, químicas e biológicas da água, devido à utilização por parte do homem, são comumente classificadas em três tipos diferenciados: Águas Residuais Domésticas – Águas Residuais de Instalações Residenciais e Serviços, essencialmente provenientes do metabolismo humano e de atividades domésticas; Águas Residuais Industriais – todas as Águas Residuais provenientes de qualquer tipo de atividade que não possam ser classificadas como Águas Residuais Domésticas nem sejam Águas Pluviais e Águas Residuais Urbanas – Águas Residuais Domésticas ou a mistura destas com Águas Residuais Industriais ou Pluviais.

No que respeita à rede de saneamento do município de Coruche, esta está a cargo da empresa Águas do Ribatejo, é constituída pelas cinco estações de tratamento de águas residuais [ETAR] e duas estações elevatórias. Em substituição das ETAR existem no concelho, ainda, 13 fossas sépticas coletivas ligadas à rede coletora. De acordo com os dados de 2009 [INE], 54% da população do município encontra-se provida por sistemas de drenagem de águas residuais e 52% por ETAR.

[b] Recolha e Valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos

A Recolha Indiferenciada, tal como o nome indica, resulta da recolha indiferenciada dos resíduos produzidos. No local de produção estes resíduos são misturados e depositados em contentores, independentemente do tipo.

Os resíduos sólidos urbanos indiferenciados produzidos no município de Coruche são da responsabilidade da RESIURB [empresa intermunicipal que tem a cargo a gestão do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos] descarregados na Estação de Transferência de Coruche, localizada na Zona Industrial do Monte da Barca, que após compactação são transportados para o aterro sanitário da Raposa, no concelho de Almeirim.

Através da leitura do quadro seguinte, verificam-se as quantidades de resíduos urbanos produzidos, recolhidos e entregues na Estação de Transferência. Em 2004, a quantidade de resíduos foi de 9.492 toneladas, sendo que em 2014 se verifica um decréscimo dos mesmos, passando a ser 8.580 toneladas. A evolução da produção de resíduos sólidos urbanos no município de Coruche, no decénio em análise, comprova uma diminuição -9,6%, isto é, de 912 toneladas.

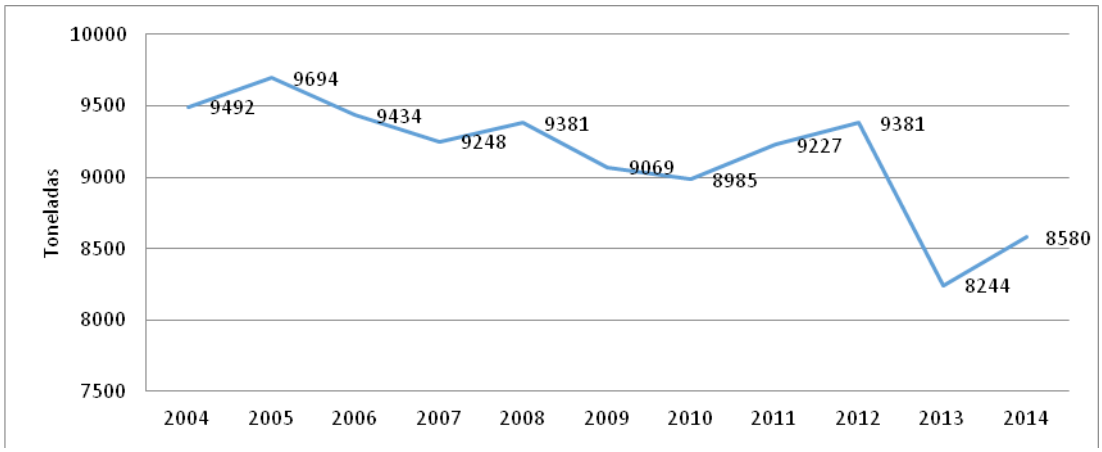
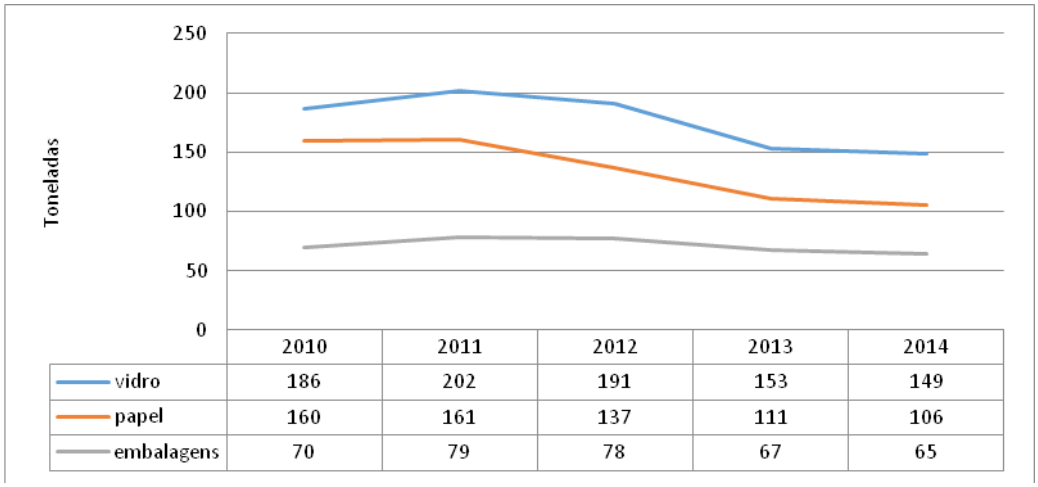


Figura 12 - Evolução da recolha indiferenciada no município de Coruche
Fonte: INE

A gestão de resíduos afetos à recolha seletiva é da responsabilidade da RESIURB/ECOLEZÍRIA. Os ecopontos constituem um conjunto de três contentores de cores diferentes [verde, amarelo e azul], que se encontram instalados nos aglomerados populacionais. Denominam-se: Vidrão

[verde], Embalão [amarelo] e Papelão [azul] e servem para depositar resíduos valorizáveis para a reciclagem.

A partir da análise do gráfico seguinte, verifica-se que no ano de 2010 foram separados no município um total de 416 toneladas de resíduos diferenciados, repartidos por 186 toneladas de vidro, 160 toneladas de papel e 70 toneladas de embalagens. No ano de 2014 a quantidade de resíduos diferenciados diminuiu, totalizando 320 toneladas. Esta diminuição fez-se sentir com maior intensidade no vidro e no papel.



	2010	2011	2012	2013	2014
vidro	186	202	191	153	149
papel	160	161	137	111	106
embalagens	70	79	78	67	65

Figura 13 - Evolução da recolha seletiva no município de Coruche
Fonte: INE

Neste momento em termos de recolha de vidro, papel e embalagens, no concelho de Coruche, estão abrangidas as freguesias do concelho.

9. Acessibilidades e Transportes

Coruche, um concelho implantado na subregião Lezíria do Tejo, localizado no distrito de Santarém, está englobado no Plano Rodoviário Nacional 2000[27], mas sem Quilómetros de IP e IC, só Outras Estradas equivalentes a estradas nacionais.

O concelho tem vindo a beneficiar ao longo dos últimos anos de significativas melhorias resultantes da concretização do Plano Rodoviário Nacional. Com efeito, com a construção da ponte Vasco da Gama, e mais recentemente com a abertura da A13 e dos nós de Santo Estevão e de Salvaterra de Magos, próximo do cruzamento do Infantado, no concelho vizinho de Benavente [a poucos quilómetros do limite do concelho], Coruche ficou significativamente "mais próximo da capital".

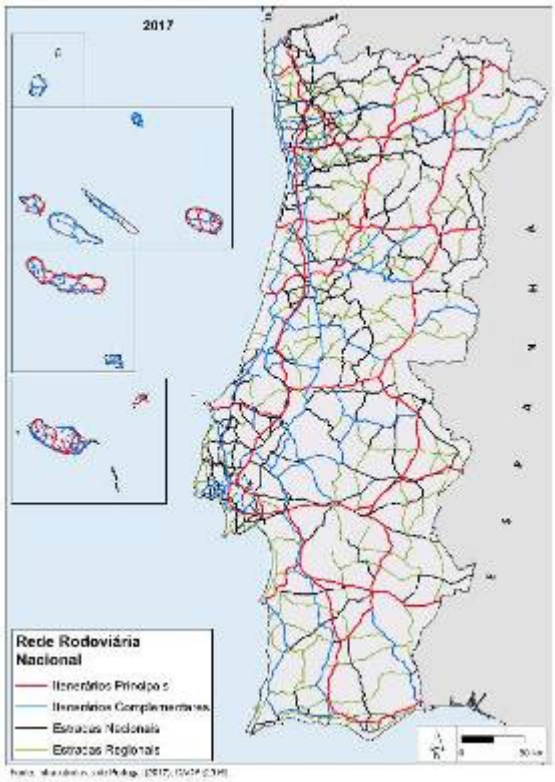


Figura 14 - Concretização dos itinerários principais e complementares em Portugal Continental

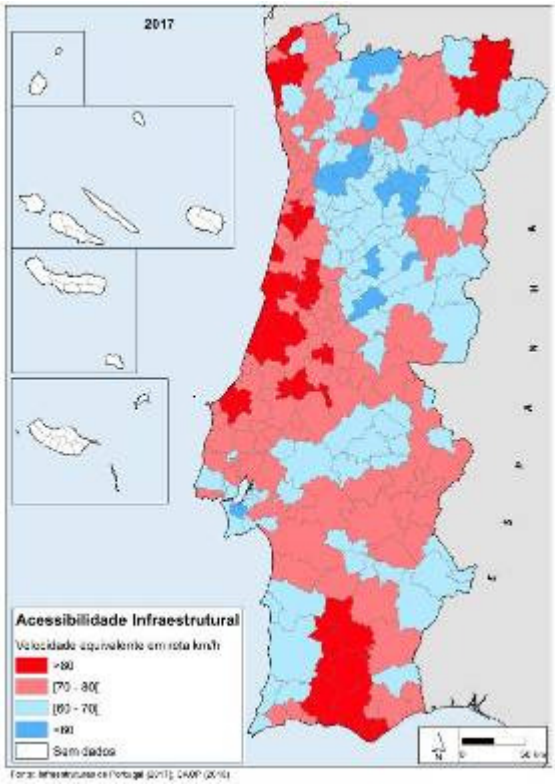


Figura 15 - Acessibilidade Infraestrutural por concelho

Fonte: PNPOT, 2007 e 2018

27 Decreto-lei nº 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo decreto-lei nº 182/2003 de 16 de Agosto

Este cenário implicou alguma melhoria, em termos de acessibilidades ao município de Coruche, nomeadamente a recente abertura de mais um troço da A13, até Almeirim, e a implementação do nó de Foros de Salvaterra, em Salvaterra de Magos, a escassos cinco quilómetros do concelho, no entanto, o que efetivamente se assume como o cenário desejável e que beneficiaria o município de Coruche no contexto da região e do pais, seria a concretização da ligação a Lisboa (IC13) e a ligação à fronteira (IC10, sem a obrigatoriedade de recorrer à autoestrada.

Neste contexto e recorrendo ao relatório diagnóstico do PNPOT 2018, podemos verificar uma contradição, uma vez que na figura relativa à Concretização dos itinerários principais e complementares em Portugal Continental, os referidos Itinerários Complementares, estão identificados, enquanto na figura relativa à acessibilidade infraestrutural por concelho, Coruche está identificado como o concelho com pior acessibilidade da Lezíria, o que revela efetivamente uma solução muito penalizadora para o concelho, comparativamente à proposta o PNPOT atualmente em vigor, onde era referido uma melhoria das acessibilidades que tornaria Coruche num centro urbano estruturante, o que efetivamente não se verifica na proposta do atual PNPOT resultando numa clara perda para o concelho de Coruche.

Neste cenário, o itinerário principal (A13) apesar de exterior ao concelho, é atualmente o principal eixo (no contexto nacional) de ligação ao exterior do concelho [ligação direta à A1/A2/A12], pelo que se considera que, a sua existência [sobretudo até à efetiva execução dos IC previstos] é preponderante no reequacionamento da estratégia territorial concelhia [tendo em vista a fixação de população e de novos investimentos].

O concelho de Coruche atualmente é atravessado transversalmente pelas EN114 e EN119, que lhe permite o acesso a Santarém e à ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira e a Montemor-o-Novo e ao Sul do País. Com a concretização dos itinerários previstos no Plano Rodoviário Nacional, o concelho de Coruche melhoraria substancialmente as suas acessibilidades. Com a concretização da A13, o município de Coruche, dispõe agora, fruto da proximidade ao nó de Salvaterra de Magos, de um quadro de acessibilidades, que lhe proporciona boas ligações ao polo urbano de Santarém [ligação A1], e ao polo urbano Sul do Montijo e à nova ponte sobre o Tejo [ligação A2].

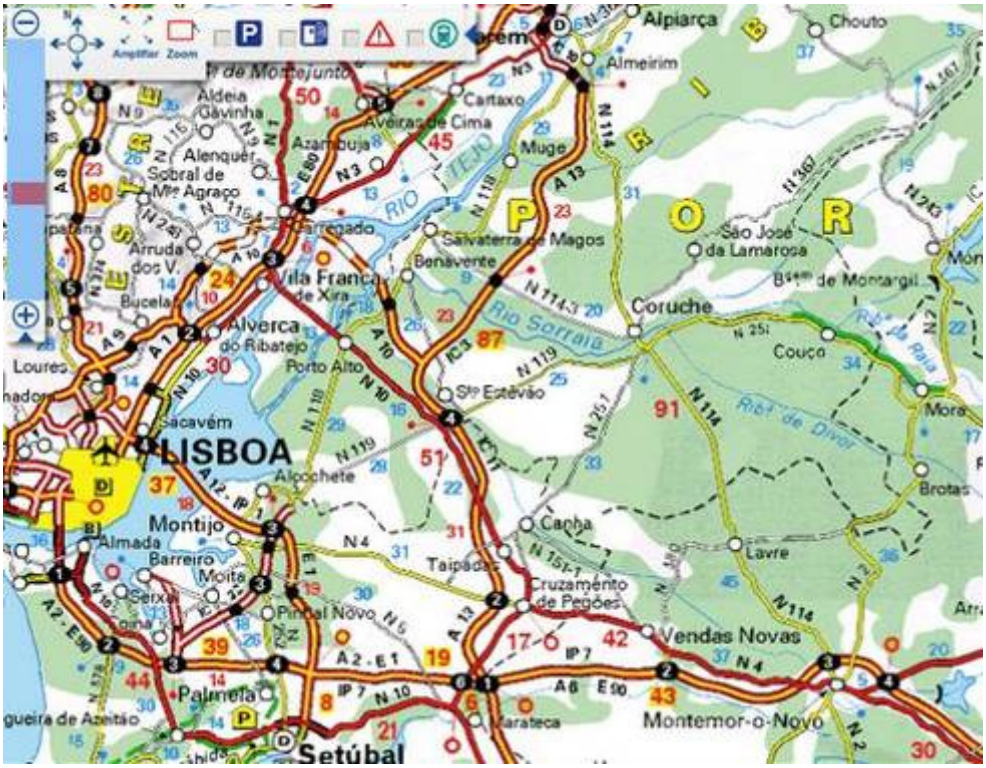


Figura 16 - Enquadramento Viário
Fonte: Infraestruturas de Portugal, IP

Com a construção do IC10, Coruche deverá assumir-se a longo prazo, como ponto intermédio na ligação entre a ponte Salgueiro Maia a Montemor-o-Novo, assumindo por isso um importante papel no reforço das relações entre os sistemas urbanos da Lezíria do Tejo e do Alentejo Central. Quanto ao IC13, é o itinerário responsável pela conexão da Ponte Vasco da Gama ao Alto Alentejo e pela importância na ligação do concelho a Lisboa ê a toda a AML.

Apesar do concelho de Coruche apresentar uma relação de proximidade com importantes vias de carácter regional [A10 e A13], poder-se-á dizer que, em termos de rede intermunicipal [EN e EM], o concelho não se encontra bem servido de vias de comunicação. Acresce ainda o facto das principais vias distribuidoras existentes, nomeadamente a EN114, EN119 e EN251 se encontrarem saturadas em termos de volume de tráfego, o que reforça a importância da mais valia para o concelho de Coruche da concretização dos traçados do IC10 e IC13, bem com as respetivas variantes previstas.

Ainda no que diz respeito à rede nacional complementar, Coruche detém uma posição relativamente privilegiada já que se encontra no cruzamento de importantes eixos de ligação nacional entre o Norte do Tejo e o Alentejo e entre o litoral sul da região de Lisboa/Setúbal e o Norte do Alentejo e Espanha.

Em termos ferroviários o concelho é atravessado pela linha, de via única, de Setil - Vendas Novas, com muito pouca ou quase nenhuma expressão no desenvolvimento socioeconómico recente do concelho.

Esta linha atravessa o concelho de Coruche do km 20,00 até ao km 52,40, ou seja numa extensão de 32,40 km, incluindo 5 estações e 1 apeadeiro.

10. Sistema de Riscos

A consideração do sistema de prevenção de riscos como um dos quatro vetores do modelo territorial do Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território [PNPOT] constitui uma opção com importante significado. De facto, nas últimas décadas, pela força dos factos e do avanço do conhecimento científico, agudizou-se a consciência de que existem riscos diversos ameaçadores das populações e dos territórios, os quais pela sua dimensão e complexidade devem ser colocados no topo da agenda política.

A situação geográfica e as características geológicas e climáticas de Portugal, nos territórios do continente e nas regiões insulares, tendo ainda em consideração o contexto atual das alterações climáticas, exigem uma monitorização e gestão preventivas dos diversos riscos naturais ou antrópicos.

Para diferentes escalas temporais e espaciais de ocorrência e respetivos efeitos no território, pode identificar-se um conjunto abrangente de vulnerabilidades e riscos: atividade sísmica, movimentos de massa, erosão do litoral e instabilidade das arribas, cheias e inundações, incêndios florestais, secas e desertificação, contaminação de massas de água, contaminação e erosão de solos, derrames acidentais no mar, rutura de barragens e riscos associados a diversas infraestruturas e acidentes industriais graves. A inclusão deste vetor no modelo territorial do PNPOT significa, assim, que a gestão preventiva de riscos constitui uma prioridade de primeira linha da política de ordenamento do território, sendo considerada uma condicionante fundamental da organização das várias componentes do modelo e um objetivo do programa das políticas do PNPOT e, ainda, um elemento obrigatório dos restantes instrumentos de gestão territorial.

No sentido de evidenciar essa prioridade e condicionante, apresenta-se, na figura seguinte, um mapa que representa, para o território continental e a uma escala macroscópica, um subconjunto dos riscos e vulnerabilidades relevantes para o Ordenamento do Território, face à ocorrência de fenómenos naturais mais graves e de atividades humanas de perigosidade potencial. Trata-se, assim, de uma carta agregada de "Riscos" que tem um sentido amplo de identificação de temas específicos mais relevantes.

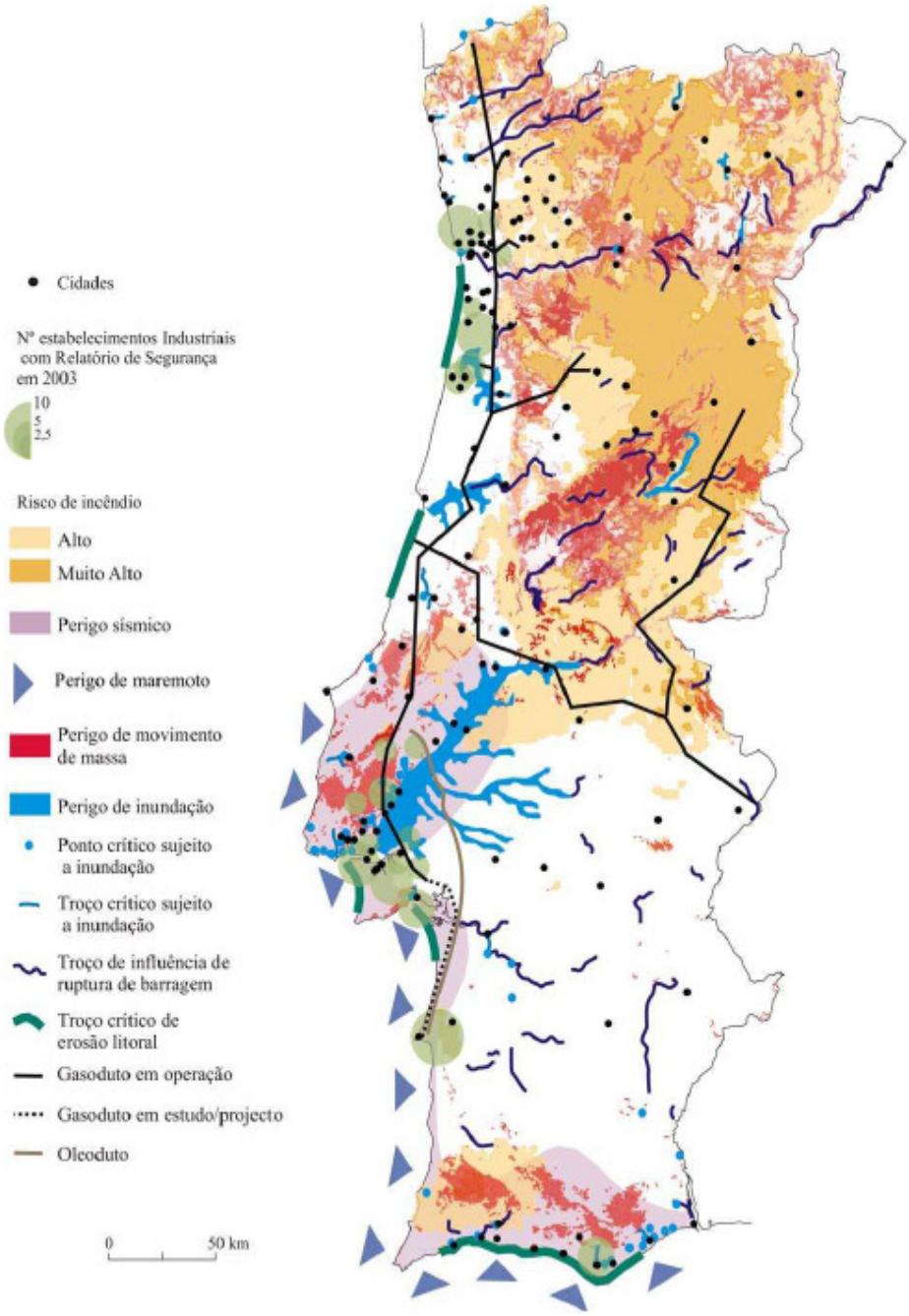


Figura 17 - Riscos em Portugal Continental
Fonte: PNPOT, 2004

No município de Coruche considera-se a existência dos riscos definidos na tabela, os quais se organizam em três grupos:

I. **Perigos naturais** [ligados à litosfera e à hidrosfera] resultantes do funcionamento dos sistemas naturais: [actividade sísmica, movimentos de massa, cheias e inundações e meteorologia adversa];

II. **Perigos ligados à atuação do homem**, geralmente designados por **perigos tecnológicos**, considerando-se as atividades suscetíveis de provocar contaminações do ar, água e solos,

provocado risco para a vida das populações: potencial de acidentes industriais, potencial de acidentes no transporte de substâncias perigosas);

III. **Perigos mistos,** resultantes da ação simultânea, entre atividade humana e os sistemas naturais: incêndios florestais.

Quadro 19 - Tipos de riscos

Tipo	Designação
Riscos de origem natural	Vagas de frio Ondas de calor Secas Ciclones violentos e tornados Cheias e Inundações Sismos Movimentos de massa em vertentes
Riscos de origem tecnológica	Acidentes rodoviários Acidentes ferroviários Acidentes aéreos Acidentes no transporte de mercadorias perigosas Incêndios urbanos Colapso de pontes e viadutos Rutura de barragens Acidentes industriais Acidentes em locais com elevada concentração populacional
Riscos de origem mista	Incêndios florestais

Fonte: Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Coruche. 2012

Capítulo 2. Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais

1. Articulação dos Instrumentos de Gestão de Territorial Supramunicipais com o PDM

Em termos de objetivos e princípios, bem como da sua abordagem, o conceito de ordenamento do território tem tido ao longo dos anos diversas linhas de pensamento.

O Conselho da Europa, na década de 80 aprovou a Carta Europeia do Ordenamento do Território, que constituiu um marco importante na definição da temática do ordenamento do território, assumindo-o como uma "*disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política, concebidas como uma abordagem interdisciplinar e global e que visa desenvolver de modo equilibrado as regiões e organizar fisicamente o espaço, segundo uma conceção orientadora tendente à melhoria da qualidade de vida, à gestão responsável dos recursos naturais, à proteção do ambiente e à utilização racional do território*".

A nível nacional, a Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, aprovou a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, que contem no seu objeto *"… A regulação, no âmbito da política de ordenamento do território e de urbanismo, das relações entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com as populações e com os representantes dos diferentes interesses económicos e sociais…".*

A nova Lei de Bases de Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo [LBPOTU], aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, introduziu diversas inovações no quadro legal do ordenamento do território e urbanismo, entre as quais estabelece que o regime de uso do solo é fixado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, através da qualificação e classificação do solo, passando a concentrar apenas nestes planos as regras diretamente vinculativas dos particulares, criando desta forma um único nível de planeamento, o nível municipal.

Neste sentido, e de acordo com o art.º 44, do diploma aludido, "*os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal devem desenvolver e concretizar as orientações definidas nos*

programas territoriais preexistentes de âmbito nacional ou regional, com os quais se devem compatibilizar". Neste contexto, os programas territoriais de nível superior que interferem e carecem de articulação com o PDM de Coruche são refletidos na figura seguinte.

Este conjunto de instrumentos de gestão territorial de escala supramunicipal referenciados no esquema, condicionam, através das suas orientações, os restantes instrumentos de nível municipal.

A nova Lei de Bases definiu um regime transitório [máximo três anos após publicação da LB], para que as normas reguladoras do uso e ocupação do solo, que constam nos antigos planos especiais de ordenamento do território [atuais programas especiais], sejam integradas nos planos municipais e intermunicipais de forma a tornarem-se vinculativas dos particulares. Deixando, desta forma, os instrumentos de gestão territorial de escala supramunicipal de vincular diretamente o particular, mantendo somente o vínculo à administração pública e perdendo o seu caráter regulamentar.

2. Âmbito Nacional

[a] Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território [PNPOT]

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território [PNPOT] aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro é considerado como o alicerce dos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial e de acordo com o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o documento "estabelece *as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia*".

O PNPOT procurou identificar os problemas que o ordenamento do território enfrenta, distribuindo-os por áreas de ação, nomeadamente os recursos naturais e gestão de riscos; o desenvolvimento urbano; os transportes, energia e alterações climáticas; a competitividade dos territórios, infraestruturas e serviços coletivos e cultura cívica, planeamento e gestão territorial.
Relativamente aos PDM, o PNPOT enfatiza a componente estratégica dos mesmos, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios.

No contexto do PNPOT, a **Região de Lisboa e Vale do Tejo** [RLVT] é a principal área económica do país, concentra cerca de 1/8 do território e 1/3 da população e 45% do PIB – é o motor mais importante do desenvolvimento nacional. O núcleo central da região [a AML] tem o papel mais determinante na organização do território nacional, com funções supranacionais. Em termos funcionais a AML estende-se desde o Oeste pela Lezíria e Médio Tejo e a sul se estende pelo Alentejo litoral até Sines[28].

A posição geoestratégica da subregião da Lezíria do Tejo face à AML, compromete o processo de desenvolvimento e ordenamento de território devido à pressão urbanística em solo rural para residências familiares e relocalização de grandes infraestruturas logísticas. Esta subregião apresenta um estatuto mais vantajoso do que o da AML relativamente a fundos estruturais

28 Proposta técnica do PNPOT, DGOTDU, 2006

comunitários, daí que recaia a escolha pela Lezíria do Tejo relativamente a localização de actividades económicas e infra-estruturas.

É necessário preservar os solos que sustentam a actividade agrícola, já que esta actividade se destaca pelo cariz competitivo e dinâmico. A preservação dos solos rurais torna-se uma medida indispensável para o mantimento da sustentabilidade económica da Lezíria do Tejo. A agricultura é assim, uma mais valia económica e social para a sub-região. Podendo assumir-se como auxiliar ao desenvolvimento de prestação de serviços ambientais e rurais, no entanto a viabilidade económica não assenta nestes domínios.

Neste contexto, este instrumento define as seguintes opções de desenvolvimento territorial para Região de Lisboa e Vale do Tejo:

a) Clarificar os cenários de organização do território decorrentes da localização do novo aeroporto internacional de Lisboa, tomar medidas que minimizem os efeitos perversos da eventual especulação fundiária e implementar os programas estruturantes que otimizem os seu impacto territorial;
b) Promover um sistema de mobilidade e transportes mais eficaz, eficiente e sustentável ao serviço da estruturação do sistema urbano subregional;
c) Desenvolver as aptidões para as atividades logísticas, principalmente no eixo Vila Franca de Xira / Cartaxo / Santarém, definindo os espaços adequados, apoiando iniciativas e promovendo as infraestruturas;
d) Valorizar o papel de charneira interegional e o potencial de localização de atividades logísticas do polígono urbano Tomar - Torres Vedras - Entroncamento - Abrantes, articulado com o litoral, a Beira Interior e o Alto Alentejo;
e) Estruturar o sistema urbano subregional, articulando e dando coerência a quatro subsistemas: o eixo Torres Vedras - caldas da rainha - Alcobaça, o eixo Vila Franca de Xira - Carregado / Azambuja - Cartaxo - Santarém, o eixo Almeirim / Santarém - Rio Maior - Caldas da Rainha e o polígono Tomar - Torres Vedras - Entroncamento - Abrantes;
f) Reforçar o protagonismo de Santarém, com particular atenção às infraestruturas para acolhimento de atividades intensivas em conhecimento;
g) Apoiar a dinâmica emergente de afirmação de um polo industrial Abrantes - Ponte de Sôr em torno das industrias de fundição, automóvel e aeronáutica;
h) Preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respetivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas;
i) Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Oeste, do tejo requalificado e da rede urbana e criar condições para a sua concretização no quadro dos instrumentos de gestão do território;

j) Implementar as infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos;

k) Promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das subregiões, em particular protegendo-as das agressões da urbanização e da edificação dispersa;

l) Reforçar a proteção do património natural - água, floresta, espaços naturais protegidos;

m) Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural [material e imaterial] e natural.

[b] Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste [PGBH]

O PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste está integrado no 2º ciclo de planeamento dos PGRH, relativo ao período 2016/2021, previsto na Lei da Água[29] e na Diretiva-Quadro da Água. O Plano constitui um instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica.

Com a alteração da Lei da Água, foi alterada a delimitação da RH5, passando a ser designada por região hidrográfica do Tejo e Oeste e a integrar a bacia hidrográfica do Tejo e as bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste, as quais, no 1.º ciclo de planeamento, estavam inseridas na RH4.

No âmbito espacial, a RH5 possui uma área de intervenção de aproximadamente 30.502 Km^2, que abrange a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, a bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes.

Bacia do Tejo

A bacia do Tejo cobre, em território português, uma área de 25.015,51 km^2 [30,96% da área total] e apresenta um comprimento 230 km. Os principais afluentes do rio Tejo em território nacional são os rios Erges, Pônsul, Ocreza e Zêzere, na margem direita, e os rios Sever e Sorraia, na margem esquerda. Destes afluentes merecem referência especial, pela dimensão das bacias hidrográficas, o rio Zêzere [4.980 km^2] e o rio Sorraia [7.520 km^2], que totalizam cerca de 50% da área da bacia portuguesa.

"*O troço português é marcado por importantes quebras de declive, primeiro em Portas de Ródão, na dependência do atravessamento da crista quartzítica, e depois em Belver. Os grandes afluentes do rio Tejo na vertente direita - Erges, Aravil, Pônsul, Ocreza e Zêzere - drenam a zona do Maciço Hespérico, acidentada, montanhosa, com pluviosidade relativamente elevada, se for excluída a área oriental da Beira Baixa. São rios com alguma expressão, tanto em extensão como em área drenada, que abrem os seus álveos entre montanhas e montes, formando vales encaixados, transversais ao curso do rio principal (orientação NNE-SSW).*

29 Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro [alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho] que transpõe para a legislação nacional a Diretiva-Quadro da Água

Na vertente esquerda e sul, a estrutura hidrográfica da bacia é totalmente diferente. Os cursos de água apenas têm algum relevo, com traçados transversais ao rio Tejo, nomeadamente o rio Sever e a ribeira de Nisa, drenando formações antigas, logo no troço de entrada do rio Tejo em Portugal. Mais para jusante, apenas algumas pequenas ribeiras drenam de sul para norte, para o rio Tejo. Os restantes são, fundamentalmente, a bacia do rio Sorraia e seus afluentes próprios, com um percurso de leste para oeste, quase paralelo ao do rio Tejo a montante, até ao estuário, onde desagua. Drena, com vales relativamente abertos, a vasta planície cenozóica do rio Tejo e a peneplanície talhada nas formações xistentes e magmáticas intrusivas da zona de Ossa-Morena, onde a precipitação média anual é sempre inferior a 800 mm/ano, na sua maior parte entre 600 e 700 mm/ano." [apambiente.pt]

Bacia das Ribeiras do Oeste

"*As bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste englobam todas as pequenas bacias da fachada atlântica entre, aproximadamente, a Nazaré, a norte, e a foz do rio Tejo, a sul. Constitui uma estreita faixa, com cerca de 120 km de extensão, com eixo no sentido NNE–SSW, aproximadamente, e máxima largura, na linha Peniche–Cadaval, da ordem dos 35 km. A área total das bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste é próxima de 2.500 km^2 .*

As principais ribeiras e pequenos rios [com bacias próprias de área superior a 30 km^2], em número de treze, considerando a bacia própria da Lagoa de Óbidos, cobrem cerca de 2.125 km^2. Com efeito, para além destas treze ribeiras, apenas existem outras com pequena expressão. As maiores áreas não incluídas nas treze bacias encontram-se entre a Lagoa de Óbidos e o Baleal, entre a bacia do Lizandro e a da ribeira de Colares e entre esta e a das Vinhas e da Mula.

Os principais afluentes de 1ª ordem, destacando-se de Norte para Sul, são: rio Alcoa, rio Tornada, rio Arnóia, rio Real, ribeira de S. Domingos, rio Grande, rio Alcabrichel, rio Sizandro, ribeira do Sobral, ribeira do Cuco, rio Lisandro, ribeira de Colares e ribeira das Vinhas. As bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste confinam com a bacia hidrográfica do Tejo, a leste, e com a do Lis, a norte e nordeste". [apambiente.pt]

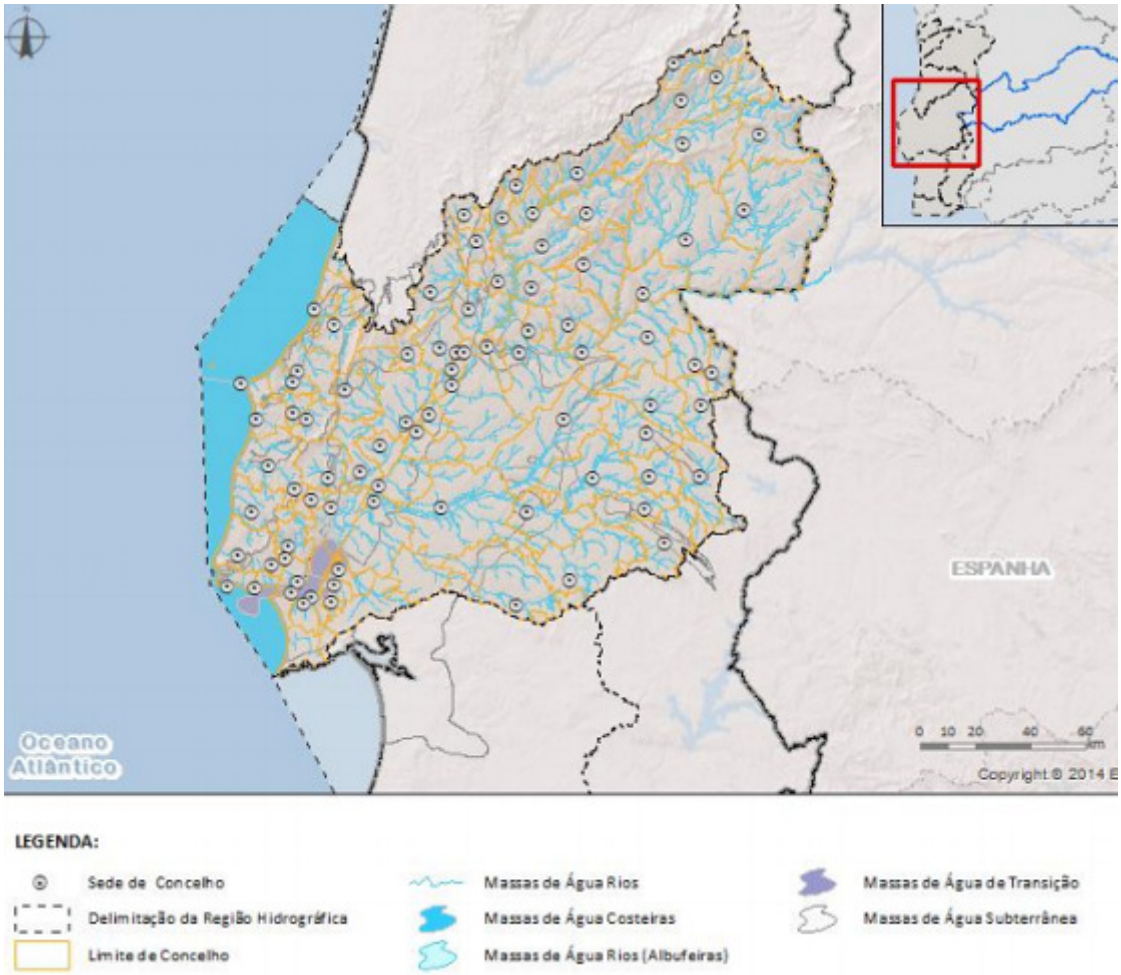


Figura 18 - Delimitação geográfica da RH5
Fonte: apambiente.pt

[c] Plano Nacional Rodoviário 2000 [PRN2000]

O Plano Rodoviário Nacional 2000[30] [PRN 2000] define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional. A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

O Plano tem como objetivos:

- Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede;
- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns municípios, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País;
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais;
- Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

A Rede Rodoviária Nacional estrutura-se da seguinte forma:

- Rede Nacional Fundamental - Integra os Itinerários Principais [IP], que são as vias de comunicação de maior interesse nacional, servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras;
- Rede Nacional Complementar - Integra os Itinerários Complementares [IC] e as Estradas Nacionais [EN], que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra concelhia, mas infradistrital;
- Rede Nacional de Autoestradas - Integra os elementos da rede rodoviária nacional especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado, que não servem as propriedades limítrofes e que estejam sinalizados como autoestrada.

30 Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto

3. Âmbito Regional

[a] Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo [PROT-OVT]

O PROT OVT é um instrumento de desenvolvimento territorial, que possui uma posição de charneira entre o PNPOT[31], documento do qual absorveu as grandes opções para o desenvolvimento territorial do Oeste e Vale do Tejo, e os instrumentos de planeamento territorial – PDM, PP e PU, para os quais constitui o quadro de referência.

O lançamento do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo [PROT-OVT] resultou da aprovação do diploma Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2006. A sua realização tornou-se premente para a área das unidades territoriais do Oeste e do Vale do Tejo [Médio Tejo e Lezíria do Tejo], "*já que o espaço do Oeste e Vale do Tejo encontra-se sujeito a profundas alterações dos factores e dinâmicas de estruturação interna, nomeadamente decorrentes da concretização, em curso ou prevista, de importantes infra-estruturas de acessibilidade, em particular o novo aeroporto, a rede de alta velocidade e uma rede de auto-estradas que rompe com a lógica de eixos radiais convergindo em Lisboa, infra-estruturas que, desde a fase de decisão, são geradoras de fortes dinâmicas de apropriação e transformação do território, que urge enquadrar num processo de planeamento territorial integrado*".[32]

Na sua área de intervenção encontram-se abrangidas as NUTS III Oeste[33], Lezíria do Tejo[34] e Médio Tejo[35], correspondendo a 36 municípios com uma população total de cerca de 850 mil habitantes distribuídos por uma superfície de 9.839 Km^2. [INE, Censos 2011]

31 O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território é um instrumento de desenvolvimento territorial que estabelece um modelo de organização espacial, no qual se encontram definidas um conjunto de diretrizes e orientações ao nível do sistema urbano, das redes e infraestruturas, dos equipamentos, assim como, dos valores naturais e patrimoniais de maior relevância e interesse nacional.
32 Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2006
33 A NUT III Oeste inclui os concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral, Peniche, Lourinhã, Cadaval, Torres Vedras, Alenquer, Sobral do Monte Agraço e Arruda dos Vinhos.
34 A NUT Médio Tejo abrange os municípios de Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Sardoal, Alcanena, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Entroncamento, Constância e Abrantes.
35 A NUT III Lezíria do Tejo abrange os municípios de Rio Maior, Santarém, Golegã, Chamusca, Alpiarça, Cartaxo, Almeirim, Azambuja, Salvaterra de Magos, Benavente e Coruche.

Quadro 20 - Indicadores socioeconómicos

	Oeste	% face ao Total Região	Médio Tejo	% face ao Total Região	Lezíria do Tejo	% face ao Total Região
Superfície (km^2)	2 215	25%	2 305	26%	4 272	49%
Habitantes	338 711	42%	226 090	28%	240 832	30%
Emprego (Milhares de Pessoas 2003)	151,5	42%	106,3	29%	103,6	29%
Empresas (2003)	51 593	47%	26 218	24%	31 017	29%
VAB pb (milhões de euros) 2003	3 048		2 178		2 428	
PIB per capita/ Índice disparidade (%) – Portugal=100	82%		88%		92%	
PIB per capita (Milhares de Euros) - 2003	10,2		11,1		11,5	

Fonte: Diagnóstico Estratégico Preliminar PROT-OVT, CCDRLVT, 2006

A par do modelo territorial definido e das normas orientadoras a ele associadas, o PROT subdividiu o território do Oeste e Vale do Tejo em 21 unidades territoriais, cada uma com características específicas ao nível da ocupação do solo, para as quais estabeleceu orientações e diretrizes, que visam constituir o quadro de referência para os PMOT e orientar os PEOT. No caso particular do concelho de Coruche, este enquadra-se em 4 unidades territoriais – Charneca Ribatejana Norte, Vale do Sorraia, Charneca Ribatejana Sul e Eixo Ribeirinho Benavente.

Figura 19 - Unidades Territoriais no Oeste e Vale do Tejo - PROTOVT
Fonte: extraído do PROTOVT

A sub-região apresenta algumas assimetrias internas e forte dependência em relação à AML. A competitividade económica continua relativamente baixa apesar da região ter mostrado algumas melhoras no que se refere a coesão.

O sistema urbano está essencialmente apoiado em "pequenos/médios" centros urbanos de relativa qualidade, mas insuficiente articulação. No Oeste o sistema urbano é especialmente difuso, com maior pressão urbanística no litoral, é também importante destacar o elevado número de habitações de segunda residência.

A pressão urbanística que se observa é um entrave à conservação e desenvolvimento da actividade agrícola. No médio Tejo a tendência é para a população se concentrar nos centros urbanos enquanto que as áreas mais rurais sofrem de abandono e consequente desertificação.

Relativamente à Lezíria do Tejo, partilha um pouco da realidade das duas sub-regiões anteriores, em que Coruche se destaca dentro da sub-região já que é um concelho charneira onde se faz a transição de dois tipos de povoamento bem distintos, ou seja a nascente apresenta um povoamento isolado, pontual e concentrado em tudo similar com a forma de povoamento do Alentejo, enquanto que a Poente é possível observar uma forma de povoamento mais desfragmentada e difusa, mais característica do Ribatejo.

A riqueza natural da região é indissociável do leito do rio Tejo, que é um elemento estruturante dentro da região, já que introduz uma maior diversidade nas características da região. É por esta razão que é necessário utilizar o ordenamento do território para proteger e organizar o ambiente natural de modo a atingir o pleno desenvolvimento sustentável.

No conjunto das sub-regiões, as zonas que apresentam uma consolidação da actividade agrícola têm menor vulnerabilidade económica que as restantes. Isto deve-se essencialmente ao facto de as potencialidades do território se prenderem com a abundância de recursos naturais, a favorável posição geoestratégica e recursos institucionais. Os constrangimentos de maior relevância são a insuficiente valorização da inovação e tecnologia, excessivo peso das microempresas em detrimento das médias e grandes e insuficiente qualificação dos recursos humanos.

A reduzida formação dos recursos humanos é um entrave ao desenvolvimento da região, já que implica uma escassez dos quadros técnicos qualificados e consequentemente uma maior

dificuldade para as empresas existentes se desenvolverem e crescerem, ou mesmo na instalação de novas empresas que oferecem emprego qualificado.

Relativamente aos transportes, o arcaísmo da rede ferroviária é notável, e releva-se como um dos maiores entraves à mobilidade quer interna, quer externa à região. A rede ferroviária apenas tem expressão a nível nacional e no transporte de mercadorias. Os dois eixos viários que convergem em Lisboa são os que têm mais representatividade para a sub-região. Os corredores multimodais estão concentrados a Oeste das sub-regiões, e são uma oportunidade para a internacionalização das sub-regiões.

[b] Plano Regional de Ordenamento Florestal Ribatejo [PROF-R]

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal [PROF] definem-se como instrumentos sectoriais de gestão territorial que estabelecem as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, encontrando-se previstos na Lei de Bases da Política Florestal [Lei n.º 33/96, de 17 de agosto] e regulados pelo Decreto-Lei n.º 204/99, de 9 de junho.

O PROF-R tem uma caráter multifuncional, uma vez que, "*integra as funções de produção, proteção, conservação de habitats, fauna e flora, silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores, recreio e enquadramento paisagístico*". [DR 16/2006, de 19 de outubro]

Os espaços florestais ocupam cerca de 62% da área total do Ribatejo. As espécies florestais dominantes são o sobreiro, o eucalipto e o pinheiro bravo, que constituem o suporte da economia florestal desta região, a ocupar cerca de 92% da área florestal da região. O sobreiro ocupa 40% da área de povoamentos florestais e tem uma maior representatividade a sul da região, na Lezíria do Tejo, sobretudo nos concelhos da Chamusca, Coruche, Benavente e na zona sul de Abrantes.

As orientações estratégicas florestais constantes no PROF-R, fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, devem ser integradas nos planos especiais de ordenamento do território e nos planos municipais de ordenamento do território, com especial destaque para os Planos Diretores Municipais.

No Mapa Síntese, que espacializa o zonamento proposto pelo PROF-R, estão identificadas nove sub-regiões homogéneas, zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, zonas sensíveis para a conservação da natureza, a floresta modelo, os municípios, os terrenos submetidos a regime florestal e os corredores ecológicos. O **município de Coruche** integra as **subregiões homogéneas** de "**Charneca**" e "**Lezíria**".

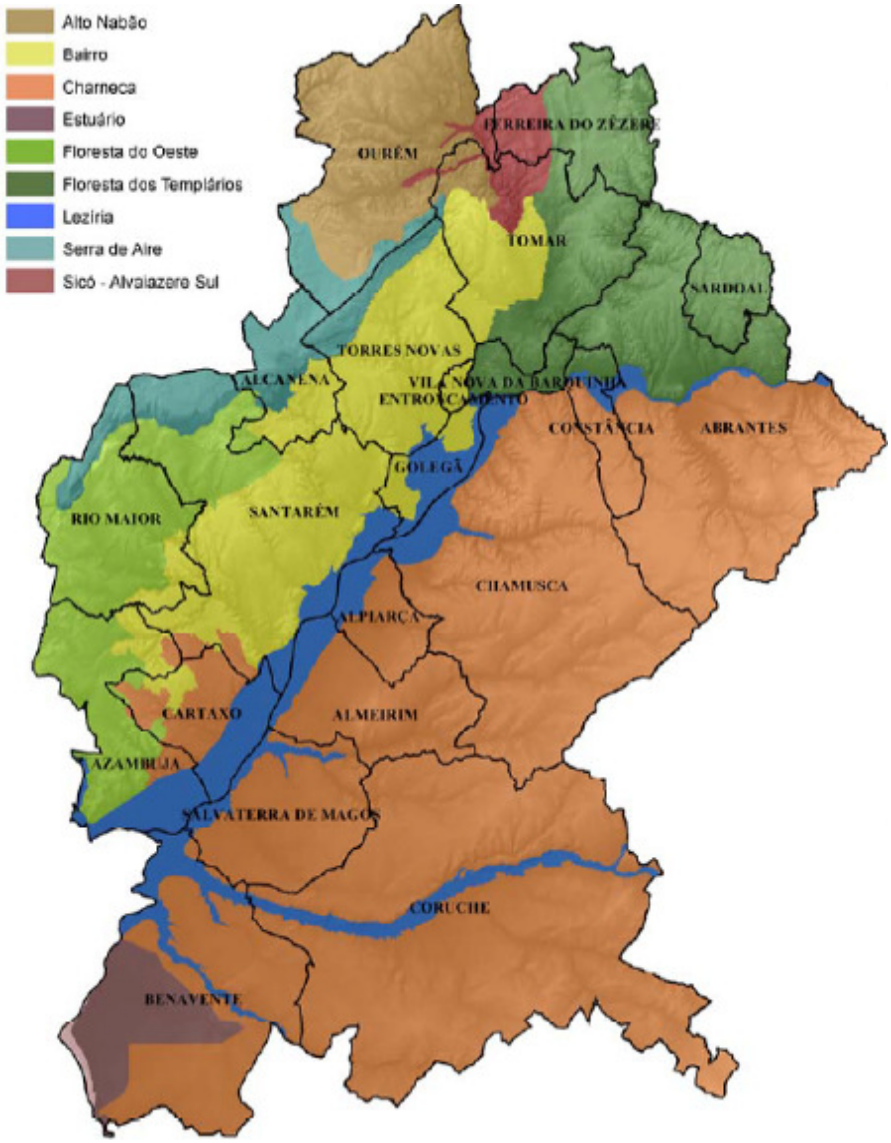


Figura 20 - Subregiões homogéneas do PROF-R
Fonte: PROF-R, 2006

[a] Charneca

- 1ª função: produção
- 2ª função: silvopastorícia e caça
- 3ª função: proteção

A subregião Charneca caracteriza-se pela extensa área florestal dominada por sobreiro, eucalipto e pinheiro bravo. A Charneca apresenta um elevado potencial para a produção das espécies das fileiras de interesse nacional, com dominância de montados de sobro. Esta subregião manifesta, ainda, potencial para o desenvolvimento da pastorícia extensiva associada aos espaços florestais. A subregião tem ainda aptidão considerável para diversas espécies cinegéticas e tem um elevado grau de cobertura pelo regime cinegético especial. No entanto, dada à natureza dos solos salienta-se o risco de erosão, pelo menos em algumas zonas.

[b] Lezíria

- 1ª função: proteção
- 2ª função: recreio e estética da paisagem
- 3ª função: conservação

A Lezíria corresponde aos solos aluvionares dos vales do Tejo e do Sorraia. A subregião manifesta elevado potencial agrícola, salientando-se a função proteção associada ao papel potencial desempenhado pelos espaços florestais sobretudo de compartimentação e de protecção da rede hidrográfica. A presença de diversas infra – estruturas de lazer (praias fluviais, frentes ribeirinhas) associada a paisagens de elevado valor leva a propor a função Recreio, Enquadramento e estética da paisagem como segunda funcionalidade. A função conservação surge associada aos vales do Tejo e do Sorraia que funcionam como importantes corredores ecológicos.

4. Instrumentos de Gestão Territorial Municipal

O município de Coruche na sua globalidade está abrangido em termos de instrumentos de ordenamento do território, apenas pelo Plano Diretor Municipal de Ordenamento do Território.

Síntese dos Planos Municipais de Ordenamento do Território do Município de Coruche

Plano Diretor Municipal [PDM]	**Publicação**	**Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2000**, de 24 de agosto DR nº 195, Série I-B
	1ª Alteração	**Declaração nº 257/2004**, de 6 de outubro DR nº 235, Série II
	2ª Alteração	**Declaração nº 30/2005**, de 10 de novembro DR nº 29, Série II
	3ª Alteração	**Declaração nº 122/2005**, de 17 de maio DR nº 95, Série II
	4ª Alteração	**Declaração nº 147/2006**, de 29 de setembro DR nº 189, Série II
	5ª Alteração	**Declaração nº 255/2007**, de 6 de setembro DR nº 172, Série II
	1ª Retificação	**Deliberação nº 220/2008**, de 28 de janeiro DR nº 19, Série II
	2ª Retificação	**Deliberação nº 830/2008**, de 19 de março DR nº 56, Série II
	1ª Correção material	**Aviso nº 13236/2009**, de 27 de julho DR nº 143, Série II
	Suspensão da iniciativa do Governo	**Resolução do Conselho de Ministros nº 64-A/2009**, de 6 de agosto DR nº 151, Série I-B
	6ª Alteração	**Aviso nº 15216/2009**, de 28 de agosto DR nº 167, Série II
	Suspensão da iniciativa do Governo - Retificação	**Declaração de Retificação nº 71-A/2009**, de 2 de outubro DR nº 192, Série I
	7ª Alteração	**Edital nº 184/2010**, de 9 de março DR nº 47, Série II
	Identificação dos art.º do PDM alvo de suspensão	**Aviso nº 7164/2010**, de 9 de abril DR nº 69, Série II
	2ª Correção material	**Aviso nº 21972/2010**, de 29 de outubro DR nº 211, Série II
	3ª Correção material	**Declaração nº 309/2011**, de 23 de novembro DR nº 255, Série II
	3ª Retificação	**Declaração de Retificação nº 1251/2012**, de 28 de setembro DR nº 189, Série II

	8ª Alteração	**Aviso nº 6286/2013**, de 14 de maio DR nº 92, Série II
	4ª Correção material	**Aviso nº 9514/2013**, de 24 de julho DR nº 141, Série II
	9ª Alteração	**Aviso nº 4078/2014**, de 25 de março DR nº 59, Série II
	5ª Correção material	**Aviso nº 8587/2015**, de 6 de agosto DR nº 152, Série II
Plano de Urbanização Herdade da Agolada de Cima	**Publicação**	**Aviso nº 20386/2010**, de 14 de outubro DR nº 200, Série II
Plano de Urbanização Herdade dos Fidalgos	**Publicação**	**Edital nº 886/2011**, de 23 de setembro DR nº 184, Série II
Plano de Pormenor Santo Antonino Norte	**Revisão**	**Edital nº 1223/2011**, de 12 de dezembro DR nº 236, Série II
Plano de Pormenor Zona de Expansão da ZI do Monte da Barca	**Publicação**	**Edital nº 484/2011**, de 23 de março DR nº 99, Série II
Plano de Pormenor Monte da Barca	**1ª Correção material**	**Aviso nº 8405/2013**, de 2 de julho DR nº 125, Série II
	Revisão	**Aviso nº 6530/2009**, de 26 de março DR nº 60, Série II
Plano de Pormenor Monte da Barca Norte	**Publicação**	**Edital nº 526/2011**, de 30 de maio DR nº 104, Série II

Capítulo 3. Estado do Ordenamento do Território _ síntese

1] Coruche integra a **Região Alentejo** [**NUT II**] e pertence à **Lezíria do Tejo** [**NUT III**] juntamente com os municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

2] De acordo com os Censos de 2011 o município de Coruche apresenta uma população residente de 19.944 habitantes tendo registados **dinâmicas demográficas negativas** nos últimos dois períodos intercensitários [-9,7% no período 1991-2001 e -6,5% no período 2001-2011] contrariamente com a tendência registada quer na Lezíria do Tejo [3,4% e 2,7%] , quer no Continente [+5,3% e +1,8%] em iguais períodos.

3] Do ponto de vista demográfico nos Censos de 2011 regista-se, também, uma tendência para o **progressivo envelhecimento da população** [245,6%] e assinala-se uma **significativa taxa de analfabetismo** [cerca de 14,6 %].

4] A dimensão média das famílias aproxima-se de **2 indivíduos por família** e, no município, os Censos de 2011 assinalam **2.930 fogos vagos**.

5] O **setor primário tem vindo a perder importância** representando em 2011 17,1% da população empregada [em 2001 representava cerca de 21,1%]. O sector secundário registou uma queda de 29,7% para 26,0% nos períodos de 2001 para 2011 e o sector terciário passou de 49,2% para 56,9% em igual período. Em termos de distribuição da população ativa empregada, verificamos que em qualquer um dos períodos censitários em análise o setor terciário é o que detém o maior peso, confirmando a tendência da terciarização da atividade económica da região. O perfil produtivo de Coruche é caracterizado pela prevalência de actividades ligadas à Agricultura e Silvicultura, à Indústria Alimentar - que acompanham o perfil de especialização de emprego da respectiva região de inserção (Lezíria do Tejo) - à Indústria da Cortiça (sobretudo a indústria da cortiça, mas também as pequenas unidades de fabricação de obras de carpintaria para a construção) e também, à panificação e pastelaria. Estas empresas são predominantemente de **pequena dimensão e de natureza individual**.

6] Existem no concelho **cinco polos industriais**, designadamente: Zona Industrial do Monte da Barca, Zona Industrial do Monte da Barca Norte, Zona Industrial do Sorraia, Zona Industrial do Couço, Zona Oficinal de São José da Lamarosa.

7] O **setor do Turismo**, em especial a que se refere a uma forte associação com o ambiente natural e paisagístico, os percursos, as redes de sítios com interesse constituem uma potencialidade de desenvolvimento do setor do turismo que pode e deve ser complementado com a gastronomia, os recursos ambientais e os patrimónios histórico e arqueológico. O concelho apresenta uma fraca oferta turística que se manifesta nos **5 empreendimentos turísticos e oito unidades de alojamento local** existentes no território concelhio.

8] O município de Coruche está inserido na bacia hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, possui uma rede bastante densa e reparte-se por três subacias: a do rio Sorraia, envolvendo algumas importantes ribeiras afluentes e as das ribeiras de Magos e Muge. A maioria dos cursos de água é de regime temporário, registando-se caudais permanentes só no **Rio Sorraia** [principal linha de água que atravessa o concelho] e nalgumas das principais ribeiras [**Divor, Lavre, Erra, Magos e Lamarosa**],

9] A tipologia dominante é a unifamiliar. Esta tipologia associada ao **modelo casa-terreno/ quintal proporciona significativos complementos na formação dos rendimentos familiares e atenua ou minimiza os efeitos de eventuais crises** que provocam o desemprego. Embora seja um modelo mais disperso e menos denso do ponto de vista urbanístico, este tipo de ocupação gera melhores condições de vida e uma melhor adaptação às potenciais crises económicas.

10] No cômputo geral o município de Coruche apresenta uma **rede de equipamentos de utilização coletiva adequada e equilibrada**, a qual proporciona aos seus habitantes boas condições de vida. Salienta-se que face ao crescente envelhecimento populacional os equipamentos de apoio social direcionados aos idosos devem merecer atenção mais cuidada na definição de políticas públicas municipais, por forma a garantir um elevado nível de oferta à população numa perspetiva territorialmente equilibrada e de coesão social.

11] O município de Coruche integra um interessante capital de Património nas suas mais diversas vertentes [Histórico, Arquitetónico, Natural e Cultural]. Tem sido preocupação do município **valorizar e potenciar esse mesmo património, os principais recursos e a sua fruição pública.** O aproveitamento do património cultural associado ao meio rural e às tradições da festa brava [praça de toiros e eventos tauromáquicos, ganadarias, coudelarias], do património cinegético, artesanato [cortiça, barro, doçaria], das valias gastronómicas e ecossistemas ecologicamente diversificados, da pesca, do desporto, do turismo de natureza, constituem atrativos a aproveitar sob a forma de produto turístico.

12] O **reforço e a qualificação das redes de Infraestruturas** deve constituir prioridade máxima nas políticas municipais. Atualmente, cerca de 99% da população é servida por rede pública de abastecimento de água, 54% por sistema de drenagem de águas residuais e 52% da população é servida por estações de tratamento de águas residuais. As redes de informação e comunicação também estão presentes.

13] No município de Coruche o principal risco é, sem dúvida, **o risco de incêndio florestal**. Neste âmbito o município disponibiliza, no sítio da Câmara Municipal, o acesso ao Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios [2018-2027] e o Plano Municipal de Emergência [2012]. O Plano Municipal de Emergência foi elaborado com o intuito de organizar a intervenção das entidades e recursos disponíveis e com responsabilidades na área da Segurança, em situações de emergência que se possam gerar ou ter influência em áreas do município. O plano define mecanismos que permitem a gestão dos meios e recursos para a intervenção em situações de emergência.

Coruche, junho de 2020

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território -[REOT]
Câmara Municipal de Coruche
Junho 2020